

DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: AMAPÁ

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: AMAPÁ

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: AMAPÁ

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

EQUIPE TÉCNICA

Helder Ferreira

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea). *E-mail*: helder.ferreira@ipea.gov.br.

Victória Cunha

Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: victoria.cunha@ipea.gov.br.

SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS E PRODUÇÃO DE MAPAS

Milena Machado dos Reis

Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: villedamilena@gmail.com.

Karolina Armstrong

Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: karolina.armstrong@ipea.gov.br.

Paloma Palmieri

Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: paloma.alves@ipea.gov.br.

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIODEMOGRÁFICOS DO AMAPÁ.....	7
3 HOMICÍDIOS	10
4 DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA.....	12
5 POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA NOS TERRITÓRIOS.....	28
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS	33
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	40
APÊNDICE A.....	43

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste relatório é apresentar as dinâmicas de violência no Amapá, bem como as políticas de segurança pública implementadas no estado. Localizado no extremo norte do Brasil, o Amapá possui grande proporção de áreas protegidas – terras indígenas (TIs) e áreas de conservação ambiental –, além de baixa densidade demográfica, população majoritariamente urbana e uma economia fortemente concentrada no setor terciário. Estas circunstâncias parecem ter servido, historicamente, como barreiras ao desmatamento predatório em larga escala. Contudo, em um panorama mais recente, percebe-se que a violência, associada à expansão da fronteira agrícola e mineral, adentra os municípios e os territórios protegidos do estado.

As maiores taxas de homicídios no período analisado (2018-2020) foram observadas no eixo Macapá-Santana, além de Oiapoque, município situado na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. Os crimes ambientais e a violência praticada contra populações indígenas, ocupantes e locais encontram-se fortemente associados ao garimpo, à invasão de terras e aos conflitos fundiários, sendo estes alguns dos problemas mais relevantes do estado. Ao mesmo tempo, algumas dinâmicas articuladas em nível nacional refletem-se em escala local. Facções criminosas de base prisional estão presentes nas cadeias e nas ruas, disputando o controle de territórios extramuros, sobretudo na capital (Macapá) e em sua região metropolitana (RM). Essas organizações atuam no tráfico de drogas e armas, entre outros negócios ilícitos, muitas vezes em conexão aos crimes ambientais, utilizando-se de vias terrestres, fluviais e aéreas para escoar suas mercadorias, e beneficiando-se da proximidade do estado com a fronteira internacional.

Este relatório está dividido em cinco seções, além da introdução. A seção 2 destaca aspectos históricos, sociais e demográficos do estado. A seção 3 apresenta dados quantitativos sobre homicídios (taxas por 100 mil habitantes e taxas médias por município), além de dados sobre outros crimes praticados no estado do Amapá. A seção 4 analisa as dinâmicas de violência identificadas, mapeadas a partir de dados quantitativos e qualitativos coletados no campo, buscando-se estabelecer a territorialização nos municípios. A seção 5 considera as políticas de segurança pública, bem como os aspectos relativos ao funcionamento das agências no estado. A seção 6, por fim, traz as considerações finais.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIODEMOGRÁFICOS DO AMAPÁ

Cortado pela Linha do Equador, o estado do Amapá está situado no Platô das Guianas, extremo norte do Brasil. Limita-se com a Guiana Francesa e o Suriname, a noroeste; com o estado do Pará, a oeste e a sul; e com a foz do rio Amazonas a leste e a sudeste. Enquanto estado da Federação brasileira, sua história é relativamente recente: originalmente parte do estado do Grão-Pará,¹ o Amapá permaneceu vinculado à administração do Pará até 1943, quando foi instituído o Território Federal do Amapá. A elevação deste à categoria de estado federado do Brasil ocorreu apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/1988).

1. Desde o século XVII, o território do Amapá pertencia à capitania Cabo Norte, compondo, juntamente com o Maranhão, o estado do Grão-Pará (Silva, 2017).

Trata-se de um estado estratégico, não só por sua proximidade com a Guiana Francesa (território francês),² mas por sua longa costa atlântica e sua localização na embocadura do rio Amazonas. O Amapá conta com duas rodovias federais: a BR-156 e a BR-210. A primeira faz parte de um ousado projeto de integração territorial entre Brasil, Guiana, Guiana Francesa e Suriname, e é nomeada de Rodovia Transguianense. Ela tem o objetivo de interligar os quatro países, com uma extensão de 2.300 km. A BR-210, também conhecida como Perimetral Norte, corta o estado de leste a oeste, com 470 km de extensão. Há uma ponte binacional sobre o rio Oiapoque que liga Brasil e Guiana Francesa, demonstrando uma parceria entre os dois países no extremo norte do Brasil.

Com uma extensão de 142.470,762 km², o Amapá é um estado pouco povoado (população estimada em 733.508 habitantes) com uma densidade demográfica de 5,15 hab./km². A população ocupa seus dezesseis municípios, mas se concentra majoritariamente na RM de Macapá, principalmente na conurbação dos municípios de Macapá e Santana, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).³ Segundo os primeiros resultados do Censo Demográfico 2022, a população caracteriza-se pela baixa representação de pessoas indígenas (1,55%), os quais residem quase que totalmente em TIs (99,77%). O censo também mapeou a existência de uma TI acessível apenas por via área: TI Wajãpi (IBGE, 2022a). O Amapá também apresenta uma considerável proporção de pessoas quilombolas no total da população residente de 1,71%, superior ao percentual nacional, levantada em 0,65% (IBGE, 2022b).

Sobre renda, trabalho e desigualdade, segundo os levantamentos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua 2021,⁴ a média do rendimento mensal domiciliar *per capita* no estado do Amapá era de R\$ 1.177,00 e a desigualdade, medida pelo índice de Gini, acompanha os valores da região Norte, sendo igual a 0,53. O percentual de pessoas em situação de pobreza é de 39,62%, e de extrema pobreza é de 10,3%; ambos os indicadores estão um pouco abaixo das médias regionais – que são 40,13% e 12,48%, respectivamente. A taxa de analfabetismo é de 5,1, inferior à média regional de 7,0. A média de anos de estudo (10,1 anos) é superior à média regional (9,3 anos). Em 2022, o percentual de pessoas desocupadas com 14 anos ou mais de idade era estimada em 16,8%, superior ao percentual regional de 13,66%. O rendimento médio real era de R\$ 2.424,00, valor superior ao encontrado nos estados da região Norte (R\$ 2.195,00).⁵

O Amapá é um estado pouco industrializado, sendo a economia fortemente concentrada no setor terciário. De acordo com o Sistema de Contas Regionais do IBGE de 2020, o setor de serviços é responsável por 85,6% do valor adicionado bruto (preços correntes em 2020). A indústria responde por apenas 12,4%, e a agropecuária, por 1,97%. Na agricultura, o destaque é o segmento de produção florestal, pesca e aquicultura (0,8%); na indústria, o segmento da indústria de transformação (4,8%); e nos serviços, o de administração pública e seguridade social (48%).⁶

2. A respeito das peculiaridades da fronteira internacional, no século XIX, o Amapá foi palco de longa disputa territorial entre Brasil e França – evento conhecido como “o Contestado Franco-Brasileiro” (1841-1900) – em decorrência do interesse francês nas terras localizadas entre o Rio Oiapoque e o Rio Araguari. A questão foi resolvida por meio de Arbitragem Internacional, que findou o conflito, dando ganho de causa ao Brasil e estipulou o limite territorial entre o atual estado do Amapá e a recente Província da Guiana Francesa (Granger, 2012).

3. *Censo Demográfico 2022: tabelas, população e domicílios: primeiros resultados*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=37225&t=resultados>.

4. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>.

5. IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

6. Sistema de Contas Regionais/Brasil/Amapá. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/panorama>. Acesso em: 1o dez. 2022.

A população do Amapá concentra-se nos centros urbanos, processo que se tornou mais acelerado a partir dos anos de 1980. O modelo de urbanização do estado caracteriza-se pela apropriação da fronteira, intensificado pela ação articulada entre poder público e capital privado em favor de grandes empreendimentos de extração mineral, que alteraram substancialmente a paisagem, a matriz econômica e as relações de trabalho, impulsionando a urbanização e o crescimento populacional. Também entre 1997 e 2020 o estado experimentou um crescimento populacional acelerado, principalmente nos municípios menos populosos, em decorrência da implementação da Área de Livre Comércio em Macapá e Santana (em 1992), que impulsionou uma série de políticas de desenvolvimento e investimentos no eixo Macapá-Santana.

A mineração é, assim, um protagonista histórico na formação social e econômica do estado do Amapá. No século XVIII, iniciou-se no estado a extração artesanal de ouro em maior escala, impulsionada após a descoberta de grandes quantidades deste minério na região, circunstância que atraiu grandes contingentes populacionais. Ao longo do tempo, o modelo de extração artesanal se reduziu; contudo, mantiveram-se diversas áreas garimpeiras tradicionais, que permaneceram como principal fonte de ocupação de centenas de trabalhadores informais, sobretudo nos sítios abandonados de mineração industrial (Oliveira, 2010).

A mineração industrial iniciou-se com a descoberta das minas de manganês na Serra do Navio, que remonta ao final da década de 1940. As empresas pioneiras deste tipo de atividade foram a Indústria de Comércio de Minérios (Icomi), com extração de manganês; a Caulim da Amazônia (Cadam – caulim); a Companhia Ferro Ligas do Amapá (cromo); além das diversas indústrias especializadas na extração de ouro, tais como a Mineração Novo Astro, a Mineração Yukio Yoshidome S.A. e a Mineração Água Boa (Oliveira, 2010). Tais empreendimentos geraram passivos socioambientais consideráveis, representados particularmente por áreas degradadas não recuperadas.

A década de 1990 demarca a implementação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA), que levou à criação de grandes áreas de conservação e preservação ambiental. Dos 14,3 milhões de hectares de superfície, 72% (10,5 milhões de hectares) são destinados a unidades de conservação (UCs), TIs e comunidades remanescentes de quilombo, tornando-o o único estado da Federação a destinar um percentual tão significativo de suas terras a estes usos. O Amapá também abriga o Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque, o maior do país e um dos maiores do mundo, com cerca de 3,9 milhões de hectares. Localizado a noroeste do território estadual, este parque apresenta um elevado número de espécies endêmicas e abriga em seu entorno diferentes grupos tradicionais, como indígenas, ribeirinhos e castanheiros.

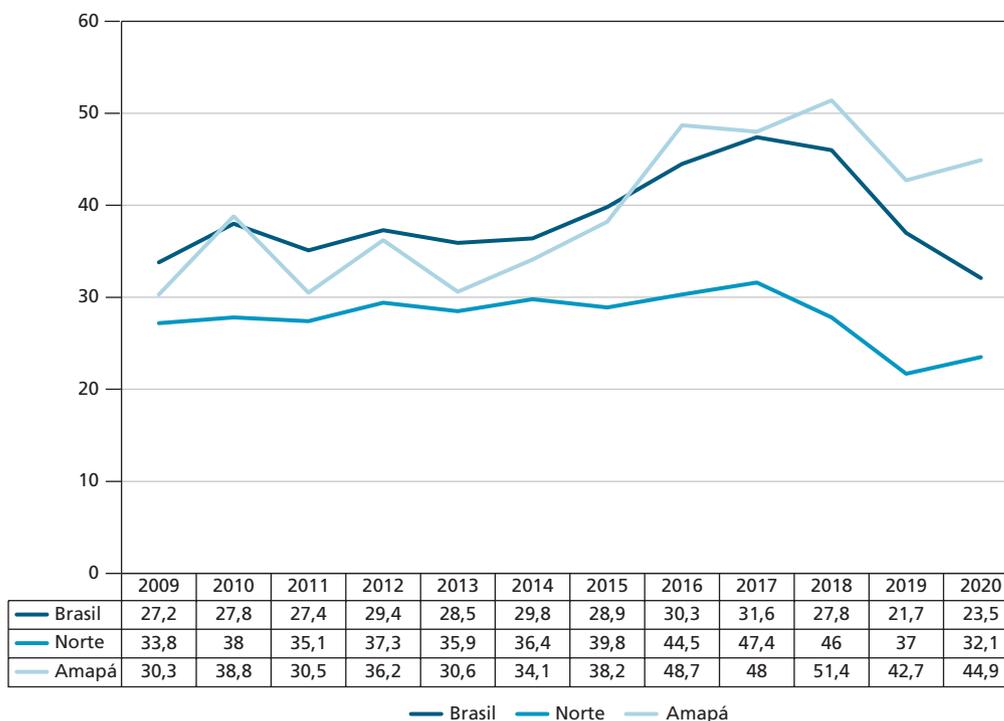
O estado possui dezenove áreas protegidas por lei que visam à conservação da mata nativa, duas municipais, cinco estaduais e doze federais. As primeiras UCs criadas foram o Parque Nacional do Cabo Orange e a Reserva Biológica do Lago Piratuba, em 1980. Após estas, vieram a Estação Ecológica Maracá-Jipioca, em 1981; e a Estação Ecológica do Jari, em 1982. Os imóveis privados correspondem a cerca de 3% (402 mil hectares) do território, enquanto as áreas não destinadas correspondem a cerca de 18% (mais de 2,5 milhões de hectares). Entre estas, mais de 70% estão sem repasse, o que facilita as práticas

de grilagem e expulsão de ocupantes legítimos por meio de diversas formas de violência. Em função disto, a implantação de áreas de preservação no estado é um fator importante para se compreender os diversos conflitos e tensões sociais ali verificados (Santos, 2012).

3 HOMICÍDIOS

Em pouco mais de uma década, o Amapá experimentou expressiva evolução na taxa de homicídios, que já era bastante alta em 2010, 38,8 homicídios por 100 mil habitantes, passando para 44,9 homicídios por 100 mil habitantes em 2020. Desde 2016, o estado apresenta taxas superiores às da região Norte e do Brasil, conforme demonstrado no gráfico 1 e na tabela 1. Assim como outros estados da região, o Amapá atingiu o pico de violência letal em 2018, registrando 51,4 homicídios por 100 mil habitantes; ou seja, mais de 20 pontos percentuais (p.p.) acima da taxa nacional para o mesmo ano. Estes dados sugerem a irrupção de dinâmicas de violência importantes. Em 2020, último ano da série histórica analisada, cerca de 68,5% dos homicídios (números absolutos) foram registrados na capital Macapá. A maior taxa nesse ano, contudo, foi verificada na cidade de Pracuúba, com 57,2 homicídios por 100 mil habitantes.

GRÁFICO 1
Evolução das taxas de homicídios por 100 mil habitantes – Amapá e região Norte (2009-2020)



Fonte: Tabnet/Datasus/MS.
Elaboração: Diest/Ipea.

TABELA 1
Evolução de homicídios em números absolutos e taxa de homicídios por 100 mil habitantes – Amapá (2009-2020)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Números absolutos	190	260	209	253	225	256	293	381	383	426	361	387
Taxa de homicídios (homicídios/100 mil habitantes)	30,3	38,8	30,5	36,2	30,6	34,1	38,2	48,7	48,0	51,4	42,7	44,9

Fonte: Tabnet/Datasus/MS.
Elaboração: Diest/Ipea.

No triênio considerado neste estudo (2018 a 2020), três municípios destacam-se por suas altas taxas médias de homicídios: Macapá (52,85 homicídios por 100 mil habitantes) e Santana (50,81 homicídios por 100 mil habitantes), que integram, juntamente com Mazagão, a RM de Macapá; e Oiapoque (46,45 homicídios por 100 mil habitantes), localizado no extremo norte do estado e do país, na fronteira com o Suriname e a Guiana Francesa (tabela 2).

TABELA 2
Grupos de municípios por taxa média de homicídios por 100 mil habitantes – Amapá (2018-2020)

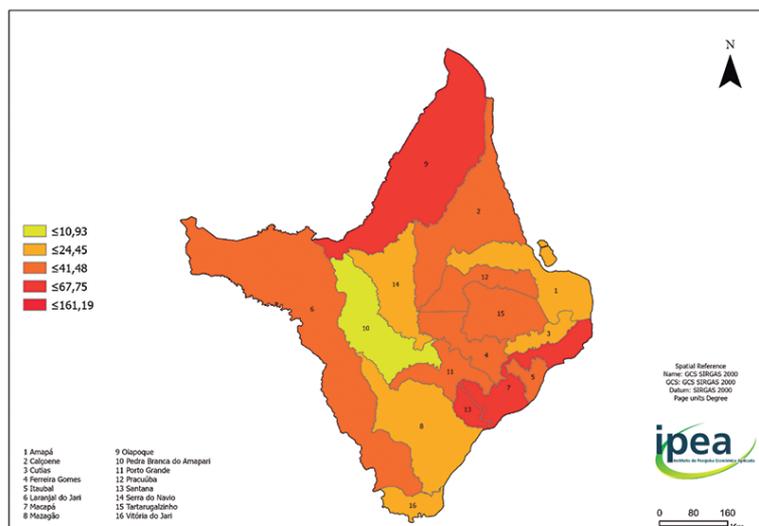
	Intervalo/taxa média de homicídios por 100 mil habitantes	Municípios
Grupo I	8,08	Pedra Branca do Amapari (8,08)
Grupo II	12,35 a 22,29	Serra do Navio (12,35); Amapá (18,3); Mazagão (20,03); Vitória do Jari (20,92); Cutias (22,29)
Grupo III	26,99 a 39,45	Calçoene (26,99); Tartarugalzinho (28,88); Laranjal do Jari (30,42); Pracuúba (32,55); Ferreira Gomes (34,28); Itaubal (36,34); Porto Grande (39,45)
Grupo IV	46,45 a 52,85	Oiapoque (46,45); Santana (50,81); Macapá (52,85)
Grupo V	Sem municípios	Sem municípios

Fonte: Tabnet/Datasus/MS.
Elaboração: Diest/Ipea.

Na tabela 2, observa-se que não há municípios amapaenses no grupo V, caracterizados pela violência extrema. Conforme já mencionado, a maior parte dos homicídios registrados no Amapá ocorreu no eixo Macapá-Santana, onde se concentra 73,8% da população e 84% dos eventos letais do triênio 2018-2020 (total de 983 ocorrências). O Oiapoque, apesar de ser o terceiro município com maior taxa média de homicídios no período (46,5 homicídios por 100 mil habitantes), registrou apenas 38 ocorrências nesses três anos, o equivalente a 3,24% dos eventos de todo o estado.

Porto Grande (39,45), Itaubal (36,34), Ferreira Gomes (34,28), Pracuúba (32,55), Laranjal do Jari (30,42), Tartarugalzinho (28,88) e Calçoene (26,99) compõem o segundo grupo de maior incidência de homicídios (o grupo III). Os municípios com taxas inferiores à média nacional no período (grupos II e I) são: Serra do Navio (12,35), Amapá (18,3), Mazagão (20,03), Vitória do Jari (20,92), Cutias (22,29) e Pedra Branca do Amapari (8,08).

MAPA 1
Taxas médias de homicídios por município – Amapá (2018-2020)



Fonte: Tabnet/Datasus/MS.
Elaboração: Diest/Ipea.

Segundo o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (FBSP, 2022b), destacam-se, no contexto do Amapá, as mortes decorrentes de intervenção de policiais, que atingem 17,1 mortes por 100 mil habitantes, mais de 15 p.p. acima da taxa nacional (2,9). Também adquirem relevância os crimes de tentativa de feminicídio (6,4), e homicídios dolosos (5,2) e tentativas de homicídio doloso envolvendo mulheres (16,4), além de violência doméstica (283,0), este último mais de 50 p.p. acima da taxa nacional. Outro destaque de são os crimes de estupro (17,9) e tentativa de estupro (17,9), e estupro de vulnerável (42,6) e tentativa de estupro de vulnerável (5,6). O quadro sugere um recorte de violência de gênero importante, especialmente no que diz respeito à violência doméstica e à violência sexual cometida contra crianças e adolescentes. Estes e outros elementos relativos às dinâmicas de violência serão abordados com mais detalhe na seção 4.

4 DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA

Nesta seção, analisam-se aspectos relativos a cada uma das dinâmicas de violência e criminalidade mais relevantes ao estado. A subseção 4.1 trata do tráfico de drogas e da ocorrência de facções, presentes, sobretudo, na conurbação Macapá-Santana e nos municípios do entorno. Um importante vetor nesse sentido parece ser a BR-156, que interliga todo o território, e inclusive a fronteira norte do estado, em Oiapoque. A subseção 4.2 discorre sobre o garimpo ilegal e a violência contra as populações indígenas. O Amapá concentra alguns dos primeiros grandes empreendimentos mineradores da região amazônica, cujo encerramento das atividades abre margem para o estabelecimento do garimpo ilegal e para a incursão de novos atores, inclusive envolvidos com a criminalidade organizada. Alguns dos territórios que se encontram sob maior pressão e a violência associada à exploração predatória destes recursos são as TIs Tumucumaque, situada no Vale do Jari, e Uaçá I e II e Juminá, em Oiapoque, onde a mineração do ouro, na divisa com a Guiana Francesa, é uma problemática historicamente presente.

A subseção 4.3 analisa a presença de desmatamento e de conflitos fundiários. Considerando que o Amapá é um dos territórios amazônicos com maior extensão de áreas protegidas, os conflitos parecem advir das incursões do agronegócio, e a violência é praticada contra famílias de pessoas assentadas, ocupantes e quilombolas. O estado já foi referido por atores institucionais públicos e privados como “a última fronteira” do agronegócio sojista, que avança desde o Centro-Oeste do país. A subseção 4.4 traz o problema da violência policial, disseminada por todo o território do Amapá. O estado vem se destacando pela presença de uma polícia que abusa da força letal, atingindo níveis que superam a média nacional. Atualmente, o Amapá é um dos estados com as maiores taxas de uso de força letal pela polícia de todo país. A subseção 4.5, por fim, trata da problemática da violência sexual e de gênero. No Amapá, a questão está fortemente associada ao tráfico de mulheres e crianças na fronteira norte do país: desde Oiapoque, esses indivíduos atravessam a divisa em catraias,⁷ conduzidos pela promessa de trabalho nos garimpos da Guiana Francesa, onde, na realidade, acabam muitas vezes sofrendo exploração sexual, laboral, entre outras inúmeras formas de violência.

4.1 Tráfico de drogas e facções criminosas

A região Norte do Brasil tem papel relevante nas rotas internacionais do tráfico de drogas, em função da proximidade com os países andinos produtores de cocaína e cannabis (Bolívia, Colômbia e Peru). Estes produtos ilegais adentram o território brasileiro a partir da tríplice fronteira, na região do Alto Solimões, sendo transportados por esse rio e seus afluentes até portos com saída no Atlântico, de onde seguem para os mercados consumidores nacional e internacional – sobretudo da Europa e da África. Dada sua posição geográfica ao norte da foz do rio Amazonas, além da presença do porto de Santana e do Aeroporto Internacional de Macapá, o Amapá seria, segundo alguns estudos, importante zona de escoamento de drogas (Kenny, 2007; Paiva, 2018; Soares, Pereira e Pucci, 2021; e Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas – CdE).⁸ O estado seria o ponto a partir do qual se estendem diferentes rotas de distribuição direcionadas ao Pará, com destino aos estados do Nordeste e Centro-Oeste, como Maranhão, Piauí e Ceará, e Maranhão, Tocantins e Goiás.⁹

Interlocutores locais entrevistados confirmam essas informações, apontando a importância das rotas de tráfico de maconha provenientes da cidade de Santarém-PA, e de tráfico armas e entorpecentes provenientes da Ilha de Marajó-PA. O material jornalístico levantado para este trabalho também aponta a existência de rotas aéreas que atravessam os municípios de Macapá e Calçoene – por meio de aeródromo regular (Pacheco, 2021a), onde inclusive foram encontrados destroços de uma aeronave utilizada para o tráfico de entorpecentes, em 2021 (PF cumpre..., 2021). Acrescentam-se a estas, rotas direcionadas aos estados do Sudeste e do Centro-Oeste, tais como Mato Grosso (Pacheco, 2022), Mato Grosso do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro (Menezes, 2021).¹⁰

7. Tratam-se de embarcações clandestinas superlotadas, utilizadas para driblar a fiscalização, por meio das quais os brasileiros realizam a travessia em condições precárias e inseguras por meio do Oceano Atlântico.

8. Disponível em: <https://www.cdebrasil.org.br/dados/#1638850894662-3dd25cef-e019>. Acesso em: 11 mar. 2022.

9. Disponível em: <https://www.cdebrasil.org.br/dados/#1638850894662-3dd25cef-e019>. Acesso em: 11 mar. 2022.

10. Disponível em: <https://www.cdebrasil.org.br/dados/#1638850894662-3dd25cef-e019>. Acesso em: 11 mar. 2022.

Outra rota importante, destacada na literatura (Soares, Pereira e Pucci, 2021; FBSP, 2022a) e no noticiário de imprensa, envolve o tráfico de drogas, armas e pessoas, assim como o contrabando entre Oiapoque e Macapá. Interlocutores de campo apontam o Oiapoque como um município sensível ao tráfico e contrabando de produtos. Localizado na fronteira do Amapá com as Guianas, Oiapoque funciona como uma das portas de entrada de maconha, de cocaína e de ouro proveniente da mineração ilegal. O garimpo ilegal, inclusive, é atividade que pode estar sendo desenvolvida em consorciamento ao tráfico de drogas e armas, de forma a expandir os negócios ilícitos das facções. O ambiente fronteiro de difícil monitoramento, o déficit das estruturas de segurança pública e fiscalização, bem como a proximidade com os mercados produtores de drogas de alta rentabilidade são fatores que impulsionam estas atividades. A rodovia federal BR-156, que cruza o estado de norte a sul, seria utilizada para esta finalidade: partindo do Laranjal do Jari, na divisa do Pará, ela se estende até Oiapoque, ao norte do estado, na fronteira com a Guiana Francesa. A partir deste ponto, um trecho de 552 km liga os municípios de Oiapoque e Macapá, atravessando os municípios de Calçoene, Amapá, Tartarugalzinho, Ferreira Gomes, Porto Grande, Macapá e Laranjal do Jari.

O avanço das facções de base prisional – Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) – sobre a região, nos últimos anos; e as disputas entre elas – e delas com facções locais – pelo controle de rotas de tráfico e de territórios urbanos, também são circunstâncias que, segundo a literatura, estão relacionadas ao crescimento das taxas de homicídios nos estados nortistas, inclusive nos pequenos municípios (Soares, Pereira e Pucci, 2021).

Segundo interlocutores, estão presentes no estado diferentes grupos criminais, quais sejam: PCC, CV, União do Crime do Amapá (UCA), Amigos para Sempre (APS), Família Terror do Amapá (FTA), Comando Classe A (CCA) e facção Cartel do Norte (CN), descendente da Família do Norte, grupo originário do Amazonas que enfraqueceu nos últimos anos. Registra-se também a presença de grupos criminosos internacionais da fronteira norte (por exemplo, o Prinato), evidenciando a importância das conexões de rotas com o Pacífico a partir do Suriname e da Guiana Francesa.

Os interlocutores entrevistados dão conta de um cenário de proeminência de atuação dos grupos criminosos APS e FTA, que durante muitos anos agiram em consórcio com outras organizações – caso da aliança entre FTA e PCC. Em 2020, estimava-se que o grupo com maior contingente de filiados era o consórcio FTA-APS (Pacheco, 2021), com cerca de 7 mil faccionados. Um dos entrevistados estima que a fusão entre FTA e APS teria resultado em um coletivo com 12 mil integrantes. Registra-se ainda a migração de dissidentes entre as facções, o estabelecimento de acordos de paz e alianças, bem como conexões com células de outros estados da região Norte, como o Pará e o Amazonas, além da presença de lideranças foragidas de outras localidades, como o Sudeste (Figueiredo, 2022) e o Sul do país (Fossati, 2022).

Segundo um interlocutor, uma “guerra” entre APS e FTA, em 2021, teria sido responsável pelo pico de homicídios ocorrido naquele ano. Em maio de 2021, dezenas de pessoas foram mortas em decorrência do rompimento entre essas organizações. Estas mortes teriam sido ordenadas a partir do Instituto de Administração Penitenciária do Amapá (Iapen), após a morte do filho de um líder de facção (Coutinho, 2020). Na semana após o evento,

novos assassinatos ocorreram em bairros das zonas sul e norte da capital (Macapá), além de em outros municípios, como Santana e aqueles que compõem o Vale do Jari. Notícias de 2022 mencionam diversas prisões realizadas nos municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari, indicando a presença da violência das facções, inclusive com a instalação de tribunais do crime (Nafes, 2022).

O grupo criminoso FTA é tido como um dos atores mais importantes na disputa pelo controle de territórios e na produção da violência homicida do estado, além da prática de crimes conexos. Uma das lideranças do FTA, Alberto Magno da Silva Lobato, o “imperador”, preso no Rio de Janeiro, é investigado como mandante de mais de cem homicídios na região Norte (Menezes, 2021).

Por sua vez, segundo nossos interlocutores, muitos casos de violência atribuídos às facções pela mídia/redes sociais e autoridades locais são, na realidade, decorrentes de violência policial. Não seriam raros os casos em que indivíduos suspeitos foram mortos por intervenção policial, mas teriam suas mortes registradas como “fatalidades” ou “intercorrências” de atividades de combate às facções.

A maior incidência de homicídios associados ao tráfico de drogas e a confrontos com a polícia ocorre no eixo Macapá-Santana e em cidades próximas, como Porto Grande. Alguns desses são municípios nos quais se localizam estabelecimentos penais e de custódia, onde estão presas várias lideranças das facções. Segundo relatos de nossos entrevistados, o tráfico de drogas é operado de dentro dos presídios, de onde as lideranças das facções continuam comandando as ações na rua, bem como aliciando novos integrantes para os coletivos. Várias notícias sugerem que o combate ao tráfico de drogas concentra-se em bairros da capital, como Perpétuo Socorro, Cidade Nova (Em Macapá..., 2022), Jardim Marco Zero, Universidade, Congós, Buritizal, Macapaba, Jardim Felicidade Muca (“Delivery” ..., 2021).

Por seu turno, investigações policiais, sobretudo da Polícia Federal (PF) e do Ministério Público, têm apontado relações pouco virtuosas entre as facções e as autoridades locais. Destaca-se a operação Queda da Bastilha (de 2020), deflagrada em conjunto pela PF-AP e pelo Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado do Ministério Público do Amapá (Gaeco/MP/AP), que apontou o envolvimento de um contingente de autoridades públicas e servidores do Iapen com distribuição de armas, munição, drogas e celulares, além de assassinato de suspeitos de envolvimento nos esquemas e de pessoas presas (PF e MP detalham..., 2022). A operação Vikare (de 2021) também demonstrou a sofisticação das organizações no território, revelando esquemas de lavagem de dinheiro, bem como a disponibilidade de recursos, por exemplo, equipes de pilotagem de aeronaves atuando em aeródromos particulares (Pacheco, 2021a). Finalmente, a Operação Addams (de 2022), detalhou o comando de ações de faccionados de dentro do Iapen, suspeitos de ordenar homicídios, roubos e atividades do tráfico, além do envolvimento da facção nas eleições para deputados federais, em favor de um candidato cuja eleição atenderia aos interesses do grupo.

4.2 Garimpo ilegal e violência contra a população indígena

Como já mencionado, o Amapá é um estado de grande geodiversidade e potencial de exploração mineral, sobretudo na região oeste, em decorrência da presença de jazidas de manganês,

ouro, caulim e granito. Os depósitos vêm sendo explorados desde a década de 1950, a partir da atuação de grandes empresas mineradoras, além da garimpagem de ouro. Essas atividades enfrentam períodos de declínio e incremento, levando à quebra e ao abandono de plantas industriais, processo que abre margem para a instalação de garimpos artesanais/ilegais nas valas dos empreendimentos abandonados. Mais recentemente, a mineração parece ganhar novo fôlego em decorrência da descoberta de novos veios auríferos, motivando a vinda de uma nova leva de garimpeiros de diferentes regiões do Brasil, bem como o investimento por parte do setor empresarial e industrial (Oliveira, 2010).

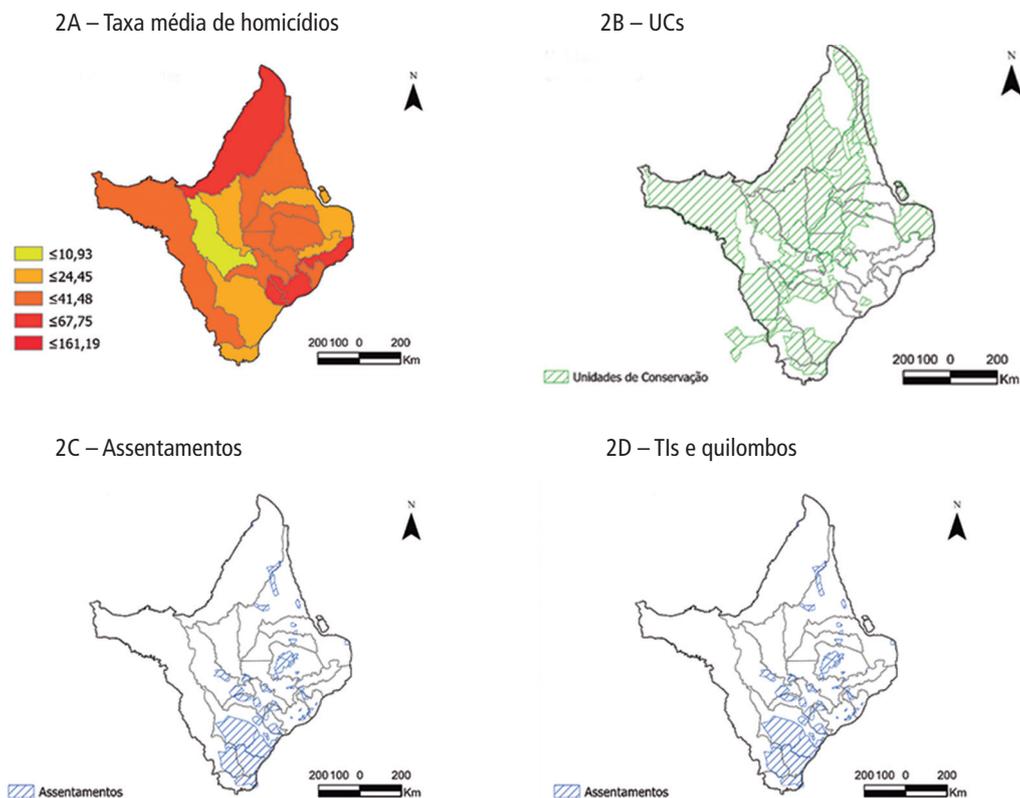
O extrativismo exploratório levado a cabo a partir da garimpagem ilegal é atividade geradora de grande impacto ambiental e conflito fundiário de difícil controle pelas instituições fiscalizadoras, traduzindo-se na geração de considerável passivo socioambiental e violência. Além do desmatamento da densa floresta, destaca-se ainda o assoreamento, o desvio e a contaminação do leito de rios, os quais refletem-se sobre populações originárias que habitam as localidades, sobretudo aquelas que apresentam resistência à pressão (Brito *et al.*, 2021; Rauber e Ferreira, 2020; Rauber e Palhares, 2022; Silva, 2005).

O tensionamento decorrente do conflito de interesses exploratórios e de conservação é evidenciado pelo fato de que cerca de 44,44% (236) dos 531 processos minerários atualmente em curso¹¹ encontram-se paralisados, por estarem localizados em “áreas bloqueadas” – isto é, localizadas em UC integral, ou então, em TIs. As principais atividades minerárias, com títulos de exploração, registradas no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), entre os anos de 1989 e 2010, localizam-se em áreas de floresta (Rauber e Palhares, 2022).

Esses conflitos dão origem à violência contra as populações indígenas, além da violência praticada no interior dos maiores empreendimentos de garimpo ilegal, sobretudo contra as famílias empregadas na atividade. No caso do Amapá, a partir do mapeamento de notícias, de relatos de interlocutores e da literatura, é possível identificar três focos de concentração dessas dinâmicas: a oeste do estado, nos municípios de Mazagão, Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari; no centro, em Porto Grande, Ferreira Gomes e Tartarugalzinho; e ao norte, em Oiapoque e Calçoene.

11. Isto é, que se encontram em fase de requerimento de pesquisa.

MAPA 2

Taxa média de homicídios por município, considerando-se UCs, TIs e quilombos, e assentamentos – Amapá (2018-2020)

Fonte: Tabnet/Datasus/MS.
Elaboração: Diest/Ipea.

A violência identificada no eixo oeste do estado parece estar associada a conflitos possessórios e à exploração ilegal de recursos minerais em territórios indígenas. Segundo levantamento do Instituto Socioambiental,¹² encontram-se sob pressão e potencial risco de violência, relacionada à exploração destes recursos, as TIs de Tumucumaque, situada em Laranjal do Jari; Wajãpi, localizada entre Laranjal do Jari, Mazagão e Pedra Branca do Amapari; Uaçá I e II e Juminá, localizadas em Oiapoque, onde se destaca a mineração de ouro (Cimi, 2018; 2019; 2020).

Ainda assim, poucos são os casos de violência contra indígenas que chegam ao conhecimento das autoridades públicas e da grande mídia. A plataforma Cartografia de Ataques contra Indígenas (Caci), sistematizada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), conseguiu registrar apenas seis casos de mortes violentas praticadas contra povos indígenas entre 2008 e 2019, cinco delas de indígenas habitantes da região do Oiapoque (TI Juminá e TI Uaçá) e uma na TI Wajãpi, localizada entre Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari.¹³

12. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/>.

13. Plataforma Caci/Cimi. Disponível em: <http://caci.cimi.org.br/#!/?loc=0.8486628140085832,-52.62451171875001,8&init=true>. Acesso em: 15 dez. 2022.

Pedra Branca do Amapari viveu um *boom* econômico na mineração de ferro entre 2007 e 2014, em decorrência do início da exploração de ferro por parte da empresa MMX (do empresário brasileiro Eike Batista), e posterior venda da mina para a empresa britânica Anglo American. Em 2013, contudo, parte do porto dessa mineradora, construído no município de Santana, desabou, paralisando as atividades. O empreendimento foi assumido, no mesmo ano, por outra empresa internacional, a Zamin Ferrous, que não conseguiu dar continuidade às atividades, deixando milhares de funcionários desempregados e afetando toda a cadeia de produção. Os reflexos do abandono podem ser observados na cidade deserta e na vulnerabilização socioeconômica da população, circunstâncias que facilitaram a entrada do garimpo ilegal e da violência (Santiago e Martins, 2021).

Destaca-se, nesse particular, o caso de repercussão internacional envolvendo os Wajápi da Aldeia Mariry, em 2019 (Em nota..., 2019), que teve como uma de suas consequências o assassinato do cacique, Emyra (Cimi, 2019). A TI Wajápi¹⁴ desperta interesse em torno de seus depósitos minerais desde 1960, muito antes de sua demarcação em 1996. O conflito com garimpeiros remonta aos anos 1970, quando uma epidemia de sarampo, disseminada pelo contato entre estes e os indígenas, ocasionou a morte de quase cem Wajápis. Desde então, relatos vêm apontando as relações entre garimpo ilegal e violência contra a população indígena da região.

Segundo notícia publicada no *Diário do Amapá* (Carlos, 2019) cinquenta garimpeiros armados invadiram uma porção da TI Wajápi, localizada em Pedra Branca do Amapari, com o objetivo de realizar a extração ilegal de ouro no local. Após a invasão, esses homens teriam tomado o controle da aldeia, expulsando a comunidade.

As autoridades públicas entrevistadas para a pesquisa divergem quanto à importância do garimpo ilegal na violência letal da região, se comparada ao que ocorre em estados vizinhos, como o Pará. Ainda assim, admitem a ocorrência de invasões, especialmente em Amapari, onde está a TI Wajápi. Um policial entrevistado foi inclusive categórico ao afirmar que, apesar do assassinato do cacique Emyra Wajápi ter gerado “grande comoção nacional”, tal repercussão “mostrou-se descabida”. Segundo seu relato, o laudo médico oficial da morte do cacique não teria constatado o homicídio: “O índio tinha ido para uma festa, tomou caxiri (uma bebida alcoólica dos indígenas) e, em uma passagem de uma pinguela, escorregou, bateu a cabeça e morreu afogado. Esse é o laudo oficial da morte do cacique”.¹⁵ Não obstante, esta percepção diverge dos relatos dos Wajápi e ambientalistas que estiveram no local na ocasião.

A violência contra indígenas, motivada por conflitos com garimpeiros, está presente em diversas outras regiões, como no Vale do Jari, próximo à Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)¹⁶ do rio Iratuparu (Vidigal, 2022). Laranjal do Jari aparece como uma das áreas mais afetadas pelo garimpo ilegal, segundo mapeamento da Rede Amazônica de Informação Socioambiental – RAISG (Pozzo, 2022). Em Mazagão, também ocupado pela TI Wajápi, o garimpo ilegal afeta a saúde da população indígena, levando a mortes por contaminação de mercúrio (Vidigal, 2021a).

14. A TI Wajápi abrange 6 mil km², atravessada pelos municípios de Laranjal do Jari, Mazagão e Pedra Branca do Amapari, sendo que metade se encontra sobreposta pela Renca, ambas importantes UCs integrais da região (Cimi, 2019).

15. Trecho adaptado da fala de um dos interlocutores entrevistados na pesquisa de campo.

16. Em uma RDS é permitida a ocupação por moradores nativos, desde que atendendo a critérios rígidos de ocupação e uso do ecossistema.

Em janeiro de 2022, foi noticiado o caso de contaminação de quase 60% de mulheres habitantes de vilarejo na região de Vila Nova. Na ocasião, os pesquisadores responsáveis pelo estudo que identificou o problema também foram alvo de ameaças de morte e tiveram carros incendiados – uma espécie de “recado” a eles, para que não retornassem ao território. O vilarejo é visto pelos próprios moradores como “terra sem lei”, completamente dominada pelos grupos que controlam o comércio do ouro (Martins, 2022).

Além do amplo apoio do governo federal ao garimpo, no período 2019-2022, a grande aceitação social e o envolvimento de muitas famílias nessa atividade explicam, de certo modo, a persistência da garimpagem ilegal na região. O fechamento dos garimpos artesanais de Tartarugalzinho, em 2017, por exemplo, motivou uma onda de protestos das famílias de garimpeiros que trabalhavam no local, os quais fecharam o trecho da BR-156 que atravessa a cidade. Estima-se que existiam cerca de 1,5 mil famílias trabalhando no local (Alves, 2017).

O noticiário de imprensa indica que muitas das famílias “empregadas” no garimpo no Amapá vivem em condições análogas à escravidão, tal como denunciado a partir da operação Minamata, realizada em 2017 com o objetivo de combater a exploração e a comercialização ilegal de ouro no distrito de Lourenço, em Calçoene. O caso envolvia a atuação da Cooperativa de Garimpeiros de Lourenço (Coogal), acusada de manter trabalhadores em situação análoga à escravidão e de provocar a contaminação de rios. Há indícios, inclusive, da participação de empresários de outros estados brasileiros no esquema (Pacheco, 2018a).

No Oiapoque, a questão garimpeira é um problema antigo, relacionado à emigração ilegal de brasileiros para tentar a vida nos garimpos da Guiana Francesa. Há duas grandes áreas de preservação no município – o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e a Floresta da Guiana – onde ocorre a extração ilegal de ouro, tanto no lado brasileiro da fronteira quanto na cidade de Saint Georges, na Guiana Francesa. Ali, a violência também se espalha, atingindo jovens e meninas submetidas a exploração pelo trabalho doméstico e à violência física e psicológica. Ademais, por se tratar de região de fronteira, o garimpo ali está, muitas vezes, associado ao tráfico de drogas e à atuação de facções criminais, como revelado pelos resultados da Operação Cabo Orage 4, do Exército Brasileiro, em 2020, nos garimpos de Cricu e Marupi (Padilha, 2020).¹⁷

Matérias jornalísticas também dão conta das rotas de deslocamento semanal de brasileiros saindo do Oiapoque em direção à Guiana, atraídos pela possibilidade de receber em euro: “o ganho [no Brasil] era muito pouco e a ‘fofoca’ de que existia muito ouro na Guiana foi o motivo de eu vir para cá” (Santiago, 2014b) afirmou um garimpeiro ouvido em reportagem, que abandonou a profissão de pedreiro para exercer a atividade. O deslocamento é realizado por meio das catraias, em viagens que costumam acontecer quatro vezes por semana, perdurando por várias horas, durante a noite ou a madrugada, e sem iluminação. Alguns, contudo, realizam a travessia pela mata fechada. Segundo estimativas do governo francês, já em 2014 existiam 80 mil brasileiros vivendo ilegalmente na Guiana, entre os quais 10 mil estariam empregados em atividades ilegais nos 479 garimpos clandestinos da região. Ali também os trabalhadores estão em situação análoga à escravidão, trabalhando em troca de pequenas quantidades de ouro, sem data de pagamento definida (Santiago, 2014a).

17. Ver também: <https://globoplay.globo.com/v/8670330/>.

A luta pela sobrevivência nos garimpos gera disputas que, muitas vezes, acabam em mortes violentas – uma reportagem indica que é possível observar na floresta próxima aos garimpos várias cruzes dispostas no solo, indicando sepultamentos clandestinos, pois muitos chegam sem qualquer amparo familiar: “quando a informação é repassada ao governo francês, o máximo que podemos fazer é recolher um pedaço do osso para futuro exame de DNA” (Santiago, 2014b). A fiscalização não é realizada de forma adequada, inclusive porque “muitas vezes a polícia encontra-se dentro do garimpo” (Santiago, 2014b). Algumas mortes também ocorrem no contexto de operações policiais sobre os garimpos, agravando-se nos casos em que os garimpeiros retornam ao local após o trabalho policial (Santiago, 2013; 2014b).

Sobre o enfrentamento da problemática pelas forças de segurança, os interlocutores entrevistados argumentam que há dificuldade de acesso às regiões de garimpo, que, na maior parte dos casos, são acessíveis apenas por via aérea. Por seu turno, estes mesmos agentes de segurança revelam a percepção de que a proliferação de garimpos ilegais e seu avanço sobre territórios indígenas são “bem mais do lado francês, na Guiana. Lá, sim, nós temos muito problema de invasão. Do nosso lado, a maior parte dos garimpos [de] que nós temos conhecimento são oficiais, são autorizados”.¹⁸

Segundo Vilhena Silva,¹⁹ os garimpos ilegais operam como “núcleos fronteirizos porosos e com pouca fiscalização, tanto por conta da extensão dos limites internacionais quanto pela ausência de um controle sistemático, voltado especificamente para o enfrentamento deste problema” (Pozzo, 2022). Também nesse sentido, um dos interlocutores entrevistados aponta as relações do garimpo ilegal com a corrupção política e o tráfico de drogas, sobretudo a partir da década de 1990 (Pozzo, 2022).

Em 2021, a Agência Nacional de Mineração autorizou a exploração de ouro e tantalita no garimpo de Lourenço, na zona rural de Calçoene, além da chamada *mineração em terra firme e rios*, a partir da perfuração de poços de petróleo na linha de fronteira com a Guiana Francesa, o Suriname e a Venezuela. Ambas as regiões estão entre as mais impactadas, ou sob maior risco de impacto, pelo garimpo ilegal nas últimas décadas. A proposta do governador eleito em 2022 é a criação de um plano estadual de agregados minerais para o ordenamento territorial da atividade, a partir da implementação dos distritos minerais de Vila Nova e Lourenço (Pontes, 2022).

4.3 Desmatamento e conflitos fundiários

O Amapá é um dos estados da Amazônia Legal com as melhores taxas de preservação ambiental. Ao todo, estima-se que 73% do território amapaense é protegido por UCs e TIs, o que permite que o estado mantenha mais de 77% de sua cobertura vegetal nativa intacta. Segundo as estimativas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), desde 1988, o Amapá é o estado com a menor área desmatada, respondendo por apenas 0,3% da área total atingida da Amazônia, com poucos registros de queimadas, ou focos de derrubada. O cinturão verde, contudo, é ameaçado por atividades de potencial econômico relevante,

18. Trecho adaptado da fala de um dos interlocutores entrevistados na pesquisa de campo.

19. Professor da Universidade Federal do Amapá, entrevistado pela plataforma Meet.

uma delas, como visto, é justamente a mineração e o garimpo. Contudo, além dessa, também é possível destacar a utilização das terras para a atividade madeireira ilegal – extração e venda –, que, por sua vez, vem sendo desenvolvida em paralelo com a expansão do agonegocio na região (FBSP, 2022a).

Segundo mapeamento do Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (Simex), do Instituto do Homem do Meio Ambiente (Imazon),²⁰ entre 2019 e 2020, estima-se que, dos 730 ha de exploração de madeira, pelo menos 13% (96 ha) foram explorados de maneira ilegal – o equivalente a cem campos de futebol. A maior parte dessa exploração ocorre em imóveis rurais cadastrados (68%), e uma parte menor, ainda que considerável, se dá em assentamentos rurais (32%). Os municípios com maior incidência de exploração são Pedra Branca do Amapari (50%) e Porto Grande (46%).²¹ Além destes, Calçoene, Tartarugalzinho, Porto Grande e Laranjal do Jari figuram como áreas de maior desmatamento, havendo notícias de apreensão ilegal de quantidades de madeira e operações de desarticulação do crime organizado em torno da atividade em múltiplas ocasiões, inclusive com prisões de autoridades públicas envolvidas com os esquemas. Em relação às áreas onde se registra maior apreensão de madeira, sobressaem-se a Floresta Estadual do Amapá, a Reserva Extrativista do Rio Cajari (Resex Cajari) e os projetos de assentamento Nova Canaã, Nova Colina e Munguba.

Entre os casos mais emblemáticos, destacam-se as notícias das operações policiais que visam combater a atuação de organizações criminosas especializadas em legalizar a madeira extraída do projeto de assentamento Novo Canaã, em Porto Grande e em Pedra Branca do Amapari. Nestes casos, os acusados recrutavam pessoas com baixa escolaridade e em situação de vulnerabilidade econômica e social para que elas conseguissem a concessão de um Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), documento que permite a exploração econômica sustentável. A partir destes documentos, era possível “legalizar” a madeira extraída, ocultando crimes de desmatamento e repasse ilegal de produtos florestais.

O esquema envolvia o repasse para empresários de outros estados da região, mas sem que houvesse qualquer indício que identificasse sua participação. Entre 2020 e 2021, a operação Sem Lastro investigou essas ações em um projeto de assentamento nos municípios de Pedra Branca do Amapari e Porto Grande, resultando na apreensão de centenas de metros cúbicos de madeira sem registro de origem, bem como na prisão de empresários investigados.²² Em outro caso de repercussão importante, os próprios ocupantes do Assentamento Limão (em Tartarugalzinho), atingidos pelas atividades de uma serraria que operava ilegalmente na região, realizaram uma denúncia anônima, em razão do medo de represálias, o que sugere a ocorrência de violência nesses contextos.²³

20. Disponível em: <https://imazon.org.br/publicacoes/sistema-de-monitoramento-da-exploracao-madeireira-simex-mapeamento-da-exploracao-madeireira-no-amazonas-agosto-2020-a-julho-2021>.

21. Ver: https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2021/09/Simex_Amapa_Agosto2019-Julho2020.pdf.

22. Ver: <https://globoplay.globo.com/v/10118407/>.

23. Ver: <https://globoplay.globo.com/v/7688120/>.

Essas circunstâncias estão associadas ao processo de expansão da produção de soja e de eucalipto na região do cerrado amazônico, que adquire importância crescente no contexto amapaense, a ponto de os empresários do agronegócio da soja referirem-se ao estado como “última fronteira de expansão agrícola”²⁴ (Lima, Amaral e Lameira, 2022). O mesmo é dito em parte por políticos ruralistas, inclusive pessoas apontadas pelo envolvimento com esquemas de atuação dentro do próprio Congresso Nacional para distribuição das áreas do cerrado amazônico (Bassi, 2018).

A principal questão fundiária no Amapá são as áreas estaduais não destinadas, que pertenciam originalmente à União.²⁵ Mesmo após a determinação de repasse ao estado, pela Lei Federal nº 10.304/2001, estas terras permanecem sem o registro definitivo da posse estadual em cartório – e lá se vão mais de vinte anos. Isto impossibilita a regularização do acesso à terra e abre margem para disputas que ultrapassam a seara judicial, facilitando a grilagem e os processos de compra de terras sob litígio a baixos preços – e, eventualmente, a expulsão dos seus habitantes tradicionais (Brito *et al.*, 2021).

O Amapá é um dos estados com menor transparência e controle social sobre os processos de privatização do patrimônio público fundiário: em média, os órgãos estaduais responsáveis pelo setor divulgam apenas 22% das informações obrigatórias, o que impede a sociedade de conhecer as áreas públicas que estão em processo de privatização e os destinatários dos títulos emitidos pelo estado. (Brito *et al.*, 2021).

Alterações na legislação fundiária federal entre os anos de 2017 e 2020 impactaram toda a região amazônica, uma vez que os estados passaram a ter autonomia para definir o prazo limite de ocupação de terras públicas para fins de regularização. Nesse sentido, embora a legislação federal tenha definido o marco temporal geral para a regularização dessas ocupações em julho de 2008, a legislação estadual possibilita a titulação de terras após este marco, desde que o interessado pague de 4% a 59% do valor da terra no mercado para a regularização de área. Esta conformação jurídico-institucional – que constitui espécie de facilitação da privatização de terras públicas – permite a apropriação privada de terras públicas e fortalece a ação dos proprietários agropecuários, os quais se apropriam de terras públicas de forma irregular para a prática de desmatamento ilegal e cultivo de terras, processo que vem associado ao cometimento de violência contra as populações locais (Prizibiszki, 2021).

Além disso, o estado não impede a titulação de pessoas envolvidas com trabalho escravo, nem requer a recuperação da área desmatada ilegalmente como condicionante para a titulação. Todo este cenário abre margem ampla para a atuação de invasores de terras, que adentram os locais para regularizar as áreas ocupadas ilegalmente, pagando valores irrisórios – há notícias de que se pode pagar até R\$ 46,00 por hectare. Os valores baixos são um estímulo à grilagem, com o conseqüente agravamento da violência e da destruição do cerrado amazônico (Prizibiszki, 2021).

24. A fala reflete a perspectiva de produtores sojistas e de empresários envolvidos nos processos de produção/distribuição da soja (agronegociantes), tais como o presidente da Companhia Docas de Santana, Eider Pena (Produtores..., 2016).

25. No caso do Amapá, existe ainda a particularidade da transformação deste de território federal em estado apenas com a promulgação da CF/1988. A partir da promulgação da Constituição do Amapá em 1991, observa-se a edição de diversos dispositivos legais, aprofundando contradições (Chelala e Chelala, 2022).

O Amapá também enfrenta questões inerentes ao fato de não ser um território com tradição de exploração agrícola empresarial. O ingresso de produtores rurais oriundos de outras regiões do país, no processo de avanço da fronteira agrícola, iniciou-se apenas na década passada, diferentemente do que aconteceu nos demais estados nortistas, nos quais o processo de ocupação pelas frentes pioneiras do agronegócio remonta às décadas de 1970 e 1980. Os primeiros registros de plantio de arroz²⁶ no Amapá são de 2001, às margens das rodovias AP-070 e AP-340, no entorno do rio Macacoari. A partir de 2004, iniciou-se a plantação de soja de forma experimental, em apenas 100 ha, para avaliação de sua viabilidade econômica e técnica. Comprovada a viabilidade, a produção da soja expandiu-se (Lima, Amaral e Lameira, 2022; Chelala e Chelala, 2022).

Embora a produtividade de soja no estado seja menor do que a dos demais estados do Norte (Conab, 2020), o Amapá é percebido como “território de oportunidades” para a expansão da lavoura mecanizada (Lima, Amaral e Lameira, 2022). Isto significa que um grande número de produtores inicia suas atividades sem dispor de título fundiário definitivo. O precário arcabouço institucional para fiscalização e monitoramento da atividade; o valor das terras; os investimentos em pavimentação de rodovias; a facilidade de escoamento a partir do porto de Santana; o conjunto de tecnologias para a produção de soja; e o apoio logístico oferecido pelo governo do estado são todos vetores que fortalecem a agricultura empresarial. Embora até 2012 a agricultura fosse inexpressiva no Amapá, atualmente o estado insere-se na cadeia logística global de grãos. Esta foi beneficiada em 2016 pelo Projeto Cianport, com a implantação de silos com grande capacidade no porto Santana (Chelala e Chelala, 2022).

Além disso, em 2012, o processo de licenciamento ambiental estadual para empreendimentos do agronegócio foi flexibilizado – a partir da implantação da Licença Ambiental Única (LAU)²⁷ – e a nova regra não previa mecanismos de compensação ou reparação por projetos que suprimissem vegetal nativa, em descumprimento da legislação federal. Isto resultou em expressivo ingresso de produtores rurais no estado e no incremento de produção de grãos, até que a LAU fosse declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2020. A decisão gerou o cancelamento das licenças ambientais expedidas, porém avalia-se que este fato não chegou a acarretar prejuízos à produção de 2020 (Chelala e Chelala, 2022).

O crescimento do agronegócio no Amapá tem favorecido o desmatamento, a concentração fundiária, a grilagem de terras e os conflitos no campo. Em 2016, diversas comunidades quilombolas e pequenos posseiros aguardavam a regularização fundiária para exercer suas atividades na região. Destaca-se o caso de Maria, que foi expulsa, em 2013, da área onde vivia na Pedreira do Abacate, conforme relatado em reportagem publicada pelo Greenpeace (Amapá..., 2017). O processo faz parte de um conflito iniciado em 2013, quando a empresa Agrocerrado instalou-se nas proximidades da área, e começou a requerer na Justiça áreas no entorno da rodovia estadual AP-070, historicamente loteada e ocupada por famílias que nunca conseguiram regularizar sua situação (Amapá..., 2017). Os obstáculos impostos aos pequenos agricultores não parecem aplicar-se aos produtores de soja. Afirma Maria que

26. Segundo Lima, Amaral e Lameira (2022), é comum ouvir de produtores de soja que o arroz é o “amassador do cerrado”, pois seu cultivo facilita a introdução da soja e do milho.

27. Lei Complementar nº 70, de 1º de janeiro de 2012.

Eles chegam hoje e quando é amanhã já estão com licença, trabalhando, derrubando. E a gente, que é filho daqui da terra, que mora aqui há anos, nascido e criado, não tem nossos direitos que é digno de ter. Passamos anos e anos para conseguir documentação, licença, a gente não consegue, e eles de um dia para o outro conseguem rapidinho; tudo tem em mão para eles (Amapá..., 2017).

Acuada pela violência, Maria vive há cerca de quatro anos com a família na outra margem da AP-070, vendendo bolos e salgados a caminhoneiros que passam pela rodovia, de frente para a terra em que ela viveu por quase dez anos. Segundo relatórios da CPT, a violência no campo espalha-se por diversos municípios – Calçoene, Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Amapá, Macapá-Santana, Porto Grande, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Tartarugalzinho, entre outros –, muitos dos quais não aparecem nos dados oficiais (CPT, 2022).

De acordo com a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq), das 258 áreas de quilombos existentes no Amapá em 2018, apenas quatro estavam efetivamente tituladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), quais sejam: Curiaú; Mel da Pedreira; Conceição do Macacoari, em Macapá; e São Raimundo do Pirativa, em Santana. Isto, inevitavelmente, coloca em risco as populações que habitam estes territórios – em especial, aqueles que ainda não contam com titulação.²⁸

Conflitos violentos pelo uso da terra são alimentados por grilagem de terras públicas por empresas e atores com grande capital político e econômico que, mesmo recebendo condenações judiciais, mobilizam seu poder para reverter as decisões. Exemplo disso foi a Medida Provisória nº 1.605-30/1998, que introduziu o sistema de compensação de Reserva Legal no Brasil, modelo em parte incorporado no novo Código Florestal de 2012 (Cunha, 2013).

Além dos atores privados, é relevante a participação de autoridades públicas e políticos nos processos de grilagem de terras. Segundo apontado pelo Ministério Público, no âmbito da CPI das Terras Públicas do Amapá (de 2006), deputados haviam comprado milhares de hectares de terras (1.388 ha) sob litígio judicial por preços muito baixos (R\$ 67 mil), o que teria lhes rendido a denominação de “grileiros de colarinho branco” por parte do jornal *Folha do Amapá* (Bassi, 2018).

A grilagem de terras no Amapá é um problema contemporâneo, que tende a expandir-se. Em setembro de 2017, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) detectou e embargou cerca de 47 áreas por desmatamento ilegal, sendo a maior parte delas ocupadas por soja (Chelala e Chelala, 2022). O Greenpeace esteve em aproximadamente dezoito áreas embargadas, noticiando que quase a totalidade delas estava ocupada por soja. Muitas das áreas pertencem a produtores ligados à Associação de Produtores de Soja (Aprosoja), muitos dos quais envolvidos em conflitos pela terra com comunidades locais (Amapá..., 2017).

Em fevereiro de 2019, a PF deflagrou a operação Shoyu, com objetivo de investigar irregularidades no processo de licenciamento ambiental relacionado à produção de soja no estado, sobretudo no que diz respeito a multas aplicadas pelo Ibama. A operação resultou na prisão do presidente do Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Estado do Amapá (Imap), além do afastamento de inúmeros servidores. Além desta, sete outras

28. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/mpf-cobra-rapidez-na-regularizacao-de-areas-quilombolas-no-ap-demora-supera-13-anos/>.

operações policiais foram deflagradas com finalidade de investigar possíveis esquemas de corrupção, crimes ambientais e grilagem de terras. Decisões do STF (como o embargo da LAU) e reiteradas manifestações do Ministério Público Federal, desencadeiam forte pressão sobre o Executivo estadual, que culmina na reestruturação dos órgãos encarregados das questões fundiárias e ambientais no Amapá – como a extinção do Imap, cujas atribuições foram distribuídas para a Secretaria do Meio Ambiente (Sema) e o recém-criado Instituto de Terras do Amapá (Chelala e Chelala, 2022).

Em 2021, observaram-se novos movimentos de flexibilização, como o Projeto de Lei (PL) nº 1.425/2020, que dispensa a autorização prévia do Conselho de Defesa Nacional para a Colonização e Loteamento Rural, para a exploração de áreas localizadas em até 25 km da fronteira dos estados de Roraima e Amapá com países vizinhos (Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa). O texto do PL também visa alterar o Código Florestal, permitindo que os governos estaduais reduzam de 80% para 50% as áreas de reserva legal das propriedades rurais com área de vegetação nativa. Isso pode ser compreendido como decorrência da inclusão do Amapá no zoneamento do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), tendo em vista a formalização de estudos para definição de padrões de cultivo na região. Observa-se, assim, que as condições legais para a produção no Amapá vêm se alterando pela ação de empreendedores da agropecuária, em associação com as elites políticas locais, na medida em que vislumbram possibilidades de negócio e investimento na região (Projeto..., 2021).

4.4 Violência policial

De acordo com dados apresentados pelo Monitor da Violência, a Polícia Militar do Amapá (PM-AP) é a mais violenta do Brasil. Em 2021, o estado foi, pelo terceiro ano seguido, aquele com a maior taxa de pessoas mortas pela PM no país, totalizando 17,2 óbitos a cada grupo de 100 mil habitantes, atingindo uma média de três registros por semana.²⁹ Segundo Samira Bueno e Renato Sérgio de Lima, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), “a taxa de letalidade provocada pela PM-AP é quase três vezes superior à taxa de todos os homicídios do estado de São Paulo” (Pacheco *et al.*, 2022).

Esses indicadores têm sido atribuídos, pela PM-AP, à presença de organizações criminosas no estado. Segundo os porta-vozes da PM-AP, o uso letal da força ocorre quando “os infratores atentam contra a vida dos policiais e terceiros”, sugerindo que os mortos em confronto estariam armados e teriam envolvimento com outros crimes (Amapá..., 2021). A fala de um integrante do Bope corrobora a hipótese da cultura de confronto que permeia as polícias estaduais: “[há muita] audácia de bandido em enfrentar policial” (Pereira, 2015, p. 107).

Outros interlocutores reconhecem a violência policial como um problema. Um dos entrevistados menciona que a guarda territorial tinha a prática de “dar uma peia” em suspeitos e soltá-los – prática que se configura como tortura. Também ouvimos relatos a respeito da apuração dos casos de violência policial que, mesmo não configurando uso legítimo ou progressivo da força, foram levados a julgamento e absolvidos pelo júri (Pacheco, Andrade e Castro, 2022). Reforçando a hipótese, a literatura aponta a utilização de recursos para

29. Monitor da Violência. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/projetos/projetos-especiais/monitor-da-violencia/>.

gerar o arquivamento de inquéritos policiais relacionados às mortes em decorrência de intervenção policial, indicando “o respaldo institucional à atuação letal oferecido pelas instituições do sistema de justiça criminal” (Godoi, Tonche e Ramachiotti, 2020).

A imprensa incorpora alguns elementos do discurso que justifica as mortes, descrevendo estas ocorrências como “resposta à injusta agressão”, nas quais os agentes reagem a ataques em situação de combate, em especial ao crime organizado” (Pacheco *et al.*, 2022).

Uma análise de narrativas oficiais revela a operacionalização de vários elementos para justificar a legalidade das mortes (Almeida, Possas e Soares, 2016). Segundo alguns entrevistados, o apoio à violência policial estaria ligado tanto à aversão da sociedade ao crime quanto ao forte apoio incondicional de que os policiais desfrutam junto à sociedade. Haveria, inclusive, um grupo da plataforma Facebook chamado “Devotos do Bope-Amapá”, que possui em torno de 29,6 mil membros. Reforçando a aceitação social da instituição, o Bope é a instituição com melhor avaliação em diversos municípios, como no Oiapoque (Aquino e Vargas, 2016).

Uma parte da imprensa, contudo, abre espaço às narrativas dissidentes da sociedade civil e de entidades de defesa de direitos humanos, que apontam excessos, principalmente contra populações periféricas. Encontramos notícias sobre o excesso de uso de força contra moradores e famílias locais, como a da pedagoga negra Eliane, agredida por policiais em frente à sua casa, na zona norte de Macapá (em 2020); ou o caso de Helkison e seu enteado Rafael, mortos durante perseguição policial a veículo suspeito de roubo (em 2021). Há também o caso de Sandro, acusado pela PM-AP de roubo e pertencimento a facção criminosa, morto em uma abordagem policial. O caso adquiriu bastante repercussão, iniciada pelos familiares a partir da campanha *#justiçapelopititos*, em 2021 (Pacheco, 2021b).

Um entrevistado de Pereira (2015, p. 41) aponta a normalização do confronto e dos impactos na comunidade da Baixada do Ambrósio, área portuária do município de Santana, que diz:

O que eu não gosto, é que, pra eles, todo mundo na Baixada do Ambrósio é bandido, traficante ou prostituta, parece que aqui não tem gente de bem, não respeitam, não gosto da violência do Bope, porque, de certa forma, todo mundo tá sujeito aqui, eles batem e até matam como se fosse normal, as pessoas têm medo de serem acertadas pelas balas.

Algumas ações do governo do estado podem influenciar o quadro. A Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública (Sejusp) anunciou, no fim de 2021, o teste das câmeras corporais, tendo como objetivo elevar a segurança e monitorar as atividades de militares e agentes (Vidigal, 2021b). Mas os efeitos destas câmeras ainda são pouco analisados pela literatura (Sestrem, 2022). Recentemente, o estado tomou medidas para proteger judicialmente os policiais, por meio de convênio entre o governo e a Ordem dos Advogados do Brasil Seção Amapá (OAB/AP), destinando até R\$ 3,5 milhões para a defesa dos agentes (Morais, 2021a). A sinalização dessas prioridades é relevante em um cenário de grave abuso da força letal pela polícia.

4.5 Violência sexual e gênero

No Amapá, a violência de gênero faz parte do cotidiano. Em 2021, os índices do estado chegaram a superar as taxas nacionais, sobretudo em relação aos crimes de feminicídio, homicídio de mulheres, violência doméstica e violência sexual contra mulheres, crianças e adolescentes.³⁰ Os relatos dos entrevistados indicam que este é um quadro histórico do território, reforçado atualmente pelo estabelecimento de rotas de tráfico de pessoas e exploração sexual de mulheres e crianças na fronteira norte do Oiapoque com a Guiana Francesa e o Suriname (Brasil, 2012; Leal e Leal, 2002; Nascimento e Silva, 2019; Silva, 2019).

Segundo a *Pesquisa Enafron: diagnóstico sobre tráfico de pessoas nas áreas de fronteiras*, publicada pela Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron) em 2012, o estado do Amapá é a maior rota de trânsito de pessoas maranhenses e amazonenses para a Guiana Francesa e o Suriname, em razão da sua localização – a meio caminho entre o Nordeste e as fronteiras com aqueles países – e da pouca fiscalização (Brasil, 2012). A Polícia Civil (PC) destaca a existência de “agências de intercâmbio” para aliciamento de vítimas, que são frequentemente encaminhadas para prostituição forçada nas áreas de garimpo. Outra modalidade comum de tráfico humano é o chamado casamento servil, caso em que as vítimas exercem trabalhos domésticos e são exploradas sexualmente pelo “cônjuge” estrangeiro, que retém seus documentos mediante ameaça ou violência (Brasil, 2012).

Estima-se que as vítimas mulheres são frequentemente recrutadas por traficantes de drogas. Na maior parte das vezes, são mulheres que atravessam a fronteira em busca de trabalho no garimpo, profissionais do sexo, usuárias de drogas que contraem dívidas de consumo e crianças e adolescentes. As vítimas são atraídas para “tentar a vida” no Suriname e na Guiana Francesa, a partir das promessas de remuneração em “ouro e euro”. Frequentemente, acabam operando como “mulas”, no transporte de drogas pela fronteira. Os municípios de Macapá, Porto de Santana e Oiapoque destacam-se como áreas de maior vulnerabilidade socioeconômica, sobretudo neste último município citado, por suas amplas áreas de mata fechada, pouca fiscalização estatal e fluxo intenso de mercadorias e de pessoas migrantes. Em todos os casos, o aliciamento parece ocorrer de maneira cotidiana, inclusive a partir de familiares e pessoas conhecidas da vítima (Brasil, 2012).

Segundo Mendes *et al.* (2022), a exploração sexual “faz parte” da economia local, apresentando modos específicos de organização, a partir de uma rede de sustentação que mobiliza diversos setores de serviços – bares, hotéis, restaurantes e casas noturnas. A viagem de 600 km de Macapá ao Oiapoque exige tempo e condições financeiras para custeio, durando de 8 a 12 horas em veículos automotivos, sendo este um dos motivos para contrair dívidas. A violência é praticada por parceiros – sobretudo quando são usuários de álcool e outras drogas – e familiares. Ao tempo do estudo, sequer existiam delegacias de atendimento da mulher na região, o que dificulta a realização de denúncias (Mendes *et al.*, 2022).

Ressalte-se que a maior parte das mulheres que migra para os garimpos não busca a prostituição, mas ocupações de trabalhadoras domésticas, pescadoras, cozinheiras, garçonetes, carvoeiras, frentistas,³¹ cabeleireiras, entre outras. A busca pelo trabalho é motivada

30. Monitor da Violência. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/projetos/projetos-especiais/monitor-da-violencia/>.

31. Realizando o transporte de garimpeiros de Ilhabela para a fronteira na Guiana Francesa.

pela perspectiva de “mudança de vida”, necessidade de acompanhar o parceiro amoroso, ou, ainda, a fuga de relacionamento abusivo. Após decidirem trabalhar no garimpo, as mulheres têm a opção de serem recrutadas mediante empréstimo com adiantamento de pagamento, o que acarreta endividamento prévio ao trabalho no garimpo. Assim, atravessando a fronteira nas catraias, as mulheres são obrigadas a viver nos alojamentos precarizados dos garimpos, feitos de madeira e lona. O pagamento é feito em gramas de ouro, variando conforme a cotação e o câmbio locais, mas quase sempre o valor é menor do que o que é pago aos homens. Assim, pobreza, insegurança alimentar e isolamento geográfico operam como fatores determinantes para a cooptação ao trabalho forçado e à exploração sexual. A expectativa de retorno para o local de origem é frequentemente adiada, de modo que muitas permanecem vários anos vivendo em condições precárias, sem documentação e sob violência constante (Mendes *et al.*, 2022).

5 POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA NOS TERRITÓRIOS

A política de segurança pública do Amapá busca a integração das polícias com outros órgãos do sistema de justiça criminal³² a partir da realização de operações conjuntas. Não há presença policial em todo o território estadual, sendo o policiamento ostensivo bastante concentrado na capital e em sua RM, e baseado em rondas policiais motorizadas e atendimento a ocorrências. Há o predomínio de inquéritos resultantes de prisão em flagrante e não de investigação prévia.

Por seu turno, a reintegração social de presos ocorre por meio de parcerias pontuais, havendo pouca coordenação com outros setores de políticas públicas. O sistema penal é constantemente alvo de denúncias de torturas e maus tratos. Aspectos que diferenciam o estado são a busca de expansão e dispersão, no território, de equipamentos públicos (delegacias, batalhões) e, em menor medida, dos efetivos policiais. Destacam-se ainda, no estado, as altas taxas de mortalidade decorrentes de intervenções policiais, frente ao panorama nacional recente.

Na área de prevenção primária, não há coordenação com políticas sociais. O estado possui programas sociais com potencial de impactar a prevenção da criminalidade e da violência, mas a articulação parece restrita a iniciativas da execução penal, não havendo sistema de governança coordenado pelo governo do estado.

Destaca-se o grande volume de trabalho da polícia em casos de flagrantes. Em junho de 2022, a PC instaurou 381 termos circunstanciados de ocorrência (casos de autoria conhecida de menor potencial ofensivo), 215 inquéritos baseados em autos de prisão em flagrante e 446 inquéritos por demais tipos de instauração (Amapá, 2022). Isso sinaliza que o trabalho da PC é em boa parte absorvido por casos típicos de flagrante, como apreensões de drogas.

32. A segurança pública é realizada pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública e polícias estaduais, buscando a integração com a agência penitenciária, Iapen, e com outros órgãos da área, como as polícias federais, os órgãos da Defesa, Exército e Marinha, Ministério Público e o Judiciário. Cabe destacar que as Forças Armadas, as polícias federais, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e o Ministério Público Federal conduzem suas próprias ações – ações de inteligência, investigações e operações –, assim como em outros estados, em cooperação ou não com as agências estaduais.

Além do policiamento ostensivo (PM) e do registro e apuração de ocorrências (PC), o estado atua fortemente por meio das chamadas operações. Há, por exemplo, operações focalizadas e pontuais com saturação em áreas consideradas de risco pelas agências de inteligência do estado, com atuação integrada do Bope, da Força Tática e do Grupamento Tático Aéreo (Amapá, 2022), podendo haver também o apoio da Companhia Fluvial do Batalhão Ambiental (3º BPM) e dos órgãos municipais e federais (Morais, 2021a). Também são realizadas ações de policiamento preventivo, em períodos específicos do ano, como a Operação Papai Noel, para garantir a segurança em áreas comerciais no período natalino (Operação..., 2019; Morais, 2021b; 2022a).

A PF realiza investigações e operações sobre crimes de âmbito nacional, como o tráfico internacional de drogas e a lavagem de dinheiro (Investigados..., 2022). O Ministério Público estadual tem atuado com seus Gaecos, articulados pelo Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (MP realiza..., 2019), e, no caso do Amapá, também com seu Núcleo de Investigação (NIMP), em cooperação com os órgãos federais, como na operação Addams, da PF, contra uma facção criminosa que atua no estado (Gaeco..., 2022).

Os investimentos do estado do amapá no campo da segurança pública concentram-se na compra de novos equipamentos, sobretudo na área de tecnologia,³³ o que se tornou possível graças ao aumento de recursos disponibilizados para a pasta. Em 2002, a despesa nominal líquida em segurança pública foi de R\$ 76 milhões, tendo alcançado R\$ 552 milhões em 2019 (Oliveira, 2021), o que representa um aumento de mais de seis vezes, desconsiderando a atualização inflacionária. Isso é, em boa parte, explicado pela Lei nº 13.756/2018, do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), que passou a destinar recursos da exploração de loterias para o FNSP e o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen).³⁴ Há também recursos obtidos pela bancada federal de parlamentares. Por meio de emendas orçamentárias (Estado..., 2022).

Percebe-se, nos últimos vinte anos, importante incremento nos equipamentos públicos e nos efetivos à disposição da Sejusp. Em 2004, o Amapá possuía sete delegacias distritais, oito especializadas e um núcleo ou posto de atendimento,³⁵ bem como seis batalhões da PM-AP e uma companhia. Já em 2020, havia dez delegacias distritais na capital, duas nos demais municípios da RM de Macapá, onze no interior, além de onze delegacias especializadas na capital, três na RM e duas no interior, e sete postos. Naquele ano, a PM-AP possuía quatro batalhões na capital, cinco no interior, além de quatro especializados na capital (ambiental, rodoviária, trânsito, Bope/patrolhamento tático) e um no interior. O Bope possui quatro companhias: uma responsável pelo policiamento tático motorizado (Ronda Ostensiva Tática Motorizada – Rotam); outra que faz patrulhamento com mo-

33. Complexo de Segurança Pública da zona oeste de Macapá (composto das Coordenadorias Especiais de Combate ao Crime Organizado e Organizações Criminosas e de Operações e Recursos Especiais), o Quartel do Terceiro Grupamento do Corpo de Bombeiros, o Batalhão de Policiamento Rodoviário Estadual, o Centro Integrado de Operação de Segurança Pública (Ciosp) do Conjunto Macapaba, o prédio do Primeiro Batalhão (no Conjunto São José), o Quartel do 12º Batalhão (no distrito do Carnot, em Calçoene), a delegacia de Mazagão, prédios da Polícia Científica e da Delegacia de Infância e Juventude, no município de Santana (Amapá, 2022) e uma penitenciária de segurança máxima (Estado..., 2022).

34. De 2018 a 2021, o FNSP recebeu R\$ 6,0 bilhões, e o Funpen, R\$ 844,0 milhões de repasses das loterias, sendo grande parte destes recursos transferidos diretamente aos estados. Conforme a lei, 50% dos recursos do FNSP provenientes das loterias são transferidos obrigatoriamente para os fundos estaduais, independentemente da celebração de convênios ou contratos (FBSP, 2022b). Valores atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de dezembro de 2021.

35. Ver perfil das instituições de segurança pública. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/estudos-e-pesquisas/pesquisas-perfil-da-instituicoes-de-seguranca-publica>. Acesso em: 14 dez. 2022.

tocicletas em áreas de risco (Grupo de Intervenção Rápida Ostensiva – Giro); uma para missões especiais, como em crises com reféns (Companhia de Operações Especiais – COE); e a Tropa de Choque, que atua em grandes eventos, manifestações, controle de distúrbios e intervenção em estabelecimentos prisionais (Pereira, 2019; 2019). O estado possui delegacias gerais e especializadas. No entanto, nota-se que três dos seus dezesseis municípios ainda não têm delegacia de polícia³⁶ – Cutias, Itaubal e Serra do Navio –, sendo atendidos pela delegacia de polícia do interior (Abreu, 2017).

Em termos de efetivo, tem sido priorizado o crescimento da PM-AP, enquanto a PC parece estar sendo reduzida. Eram 2.618 policiais militares e 1.198 policiais civis em 2003 (Brasil, 2010), atualmente são 3.307 policiais militares, 1.004 policiais civis e 79 peritos (FBSP, 2022a). Em comparação com outros estados, o Amapá é o que apresenta maior número de policiais militares na ativa por habitante: 1 policial para cada 117 habitantes, enquanto no Brasil a relação é de 1 para 279.³⁷ Em termos de razão de policiais militares na ativa por km² da Unidade da Federação (UF), o Amapá possui 43,1 km² para cada policial, bem acima dos 20,9 km² do Brasil. Mas, se considerarmos que o Amapá possui boa parte de seu território como áreas protegidas (UCs, TIs etc.), e que boa parte da população está na RM de Macapá, a presença da polícia, comparada ao conjunto do Brasil, não é tão rarefeita assim. Os efetivos também estão concentrados na capital. Em 2020, havia 2.490 policiais militares e 705 policiais civis lotados na capital, e, no interior, 994 policiais militares e 424 policiais civis.³⁸

Os números sugerem o comprometimento tanto da capacidade investigativa da PC quanto da possibilidade da PM-AP de realizar o policiamento de proximidade/comunitário. Sobre a capacidade investigativa, o indicador do Instituto Sou da Paz (ISP) sobre esclarecimento de homicídios mostra que, enquanto no Brasil 37% dos homicídios consumados em 2019 foram denunciados em 2019 ou 2020, no Amapá foram apenas 19%. Entre os dezenove estados pesquisados, só o Rio de Janeiro teve uma porcentagem inferior à do Amapá: 16% (ISP, 2022).

Quanto à execução penal,³⁹ o estado possui oito estabelecimentos prisionais, sendo quatro para presos masculinos, um para o público feminino e três mistos, onde atuam 965 trabalhadores, prevalecendo 671 agentes de custódia e 179 professores. Isso representa 3,1 preso para cada trabalhador, proporção bem inferior à do Brasil (7,1). Estão sob custódia do estado 2.966 presos, isto é, 338,0 presos por 100 mil habitantes, taxa inferior à brasileira (392,6 por 100 mil habitantes). Estima-se em 2.844 o número de vagas, o que indica a quase inexistência de superpopulação. Contudo, analisando-se as vagas por regime, é possível notar que, no regime fechado, existem 1.135 presos para 598 vagas. Do tratamento penal, destaca-se que 397 realizam atividades laborais, o que representa 13,4% da população prisional.⁴⁰

36. Essa informação contradiz os dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) 2019/IBGE, que indica a existência de delegacia de polícia em todos os municípios. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?edicao=29466&t=resultados>. Acesso em: 14 dez. 2022.

37. Elaboração dos autores a partir de FBSP (2022b) e de acordo com a Projeção da população do Brasil e UFs por sexo e idade para o período 2000-2030, do IBGE, extraído da plataforma Tabnet/Datasus/MS.

38. Ver Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública 2020. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoic0ZWFjYjYg-tYjA1OS00YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MmWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>.

39. Ver Sisdepen. Estatísticas penitenciárias. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios>.

40. Essa proporção é superior ao 1% ao informado em FBSP (2022b) para o ano de 2021, o que colocava o estado com a pior proporção no Brasil.

O relatório do *Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura*, produzido a partir de visitas realizadas em setembro de 2020, apontou vários problemas no sistema prisional do Amapá, entre os quais estão os a seguir citados.

- 1) Inexistência de um Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura no Amapá, apesar de instituído pela Lei nº 2.226/2017, este não existia na prática, já não se reunindo há mais de um ano.
- 2) No Complexo Penitenciário Masculino (Copema; “Cadeião”), verificou-se: separação dos presos conforme organizações criminosas, celas superlotadas, parcas iluminação e ventilação, infestação de ratos e outras pestes, ausência de coleta de lixo; além disso, houve denúncias de violência e tortura cometida pelo Grupo Tático Prisional (GTP) e por agentes penitenciários (MNPCT, 2020).

Ademais dos levantamentos institucionais, pesquisas de campo realizadas nas imediações da instituição também sugerem práticas de violência por parte da polícia penal (Neves, 2017).

Em termos de prevenção aos homicídios, o Amapá criou, por meio da Lei estadual nº 2.672/2022, uma premiação para policiais que realizassem apreensões de armas de fogo (Morais, 2022b). Neste caso, apesar da circulação de armas figurar como um dos principais fatores desencadeadores da violência letal, cabe apontar o risco de a premiação por apreensão de armas funcionar como catalisador para mais mortes em decorrência de intervenção policial. Além destes elementos, destaca-se também o Plano Estratégico da Polícia do Estado do Amapá 2020-2028, que coloca a redução dos homicídios entre os seus objetivos estratégicos: “contribuir para a diminuição do número de homicídios no Amapá, por meio do aumento na resolubilidade dos casos” (Amapá, 2020).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência no Amapá parece se agravar em alguns pontos do território, destacando-se, nesse sentido, a capital e os municípios da RM de Macapá, bem como a fronteira norte, na região do Oiapoque. O eixo Macapá-Santana concentra mais de 70% da população e mais de 80% dos homicídios registrados no período 2018-2020, em números absolutos. Estes municípios formam praticamente toda a área urbanizada do estado.

Ali, facções se estabelecem no espaço prisional e estão presentes na rua, disputando territórios nas cidades. Além destas dinâmicas, a violência policial e a violência de gênero atingem patamares muito superiores em relação ao restante do país, e mesmo no contexto da região Norte.

O Amapá é atravessado pelas rotas hidroviárias do rio Solimões/Amazonas, além de estar na fronteira com a Guiana Francesa e o Suriname. Por estas conexões, operam-se o transporte e a distribuição de drogas, armas, contrabando e produtos de crimes ambientais, como o garimpo ilegal e a extração ilegal de madeira. Registra-se no estado a presença de facções de base prisional do Sudeste do país, como o PCC e o CV, mas também agrupamentos locais, como FTA e APS, que tem a atuação mais proeminente, reunindo o maior contingente de membros, ora associando-se, ora rompendo com o PCC e o CV.

A FTA figura como um dos atores importantes na disputa de territórios e produção de violência homicida no Amapá, além da prática de crimes conexos para o sustento das atividades. Disputas entre FTA e APS, em 2021, estão possivelmente relacionadas ao pico de homicídios verificado em outubro e dezembro do mesmo ano. Macapá e Santana estavam no centro destas disputas, que assumiram a forma de uma onda de assassinatos, praticados em decorrência da morte do filho de um dos líderes da facção.

Por seu turno, alguns interlocutores apontam que muitos casos de assassinatos atribuídos às facções são, na realidade, produto do uso de força letal pela polícia. Dados do FBSP colocam a PM-AP como a polícia mais violenta do Brasil, em termos de mortes pelo uso da força. Não obstante, o emprego da violência pelas polícias encontra ampla aprovação na sociedade civil e mesmo na imprensa, que não apenas normaliza, mas frequentemente celebra as mortes nestas circunstâncias.

Outro fator relacionado à distribuição da violência no território diz respeito à construção da rodovia BR-156 – que cruza o Amapá de sudeste a norte, desde Laranjal do Jari, passando por Macapá, até o Oiapoque, na divisa com a Guiana Francesa – importante rota de tráfico de drogas, armas e pessoas. A rodovia também é o meio pelo qual se espria a violência no território, na medida em que diversos municípios localizados na beira das estradas registram taxas de homicídios mais elevadas que a média do estado. Ganham destaque na mídia os homicídios praticados no Vale do Jari (Laranjal do Jari e Vitória do Jari), atribuídos, entre outros fatores, às disputas pelo controle das rotas de tráfico. Destaca-se ainda a relevância do garimpo ilegal para as dinâmicas da violência no estado. A mineração é uma atividade histórica no Amapá, que foi o primeiro estado da região Norte a receber um empreendimento em escala industrial, ainda na década de 1960; desde lá, o declínio de áreas mineradoras, por exaustão das lavras, favorece a instalação de garimpos ilegais em seu lugar, o que gera conflito e violência. Ademais, a garimpagem ilegal é atividade geradora de grande impacto ambiental, de difícil controle por parte das instituições fiscalizadoras, traduzindo-se na produção de considerável passivo socioambiental.

Nesses casos, a violência é praticada no interior no garimpo, sobretudo contra famílias empregadas nas atividades, e principalmente contra as populações locais e os povos originários. A violência contra indígenas é um problema histórico na região, como no caso envolvendo as TIs Wájapi e Uaçá.

O Oiapoque é, possivelmente, o foco mais relevante de violência na região associada ao garimpo, além de rota de entrada do tráfico de drogas, armas e pessoas. Existem ali circunstâncias históricas relacionadas à imigração ilegal, que tornam a região um espaço de fragilização de vínculos, favorecendo a violência. A imigração ilegal de brasileiros para os garimpos da Guiana, em decorrência das promessas de enriquecimento, e seu estabelecimento nestes espaços afastados favorecem a acumulação de diferentes formas de violência no interior da estrutura do garimpo. Os homicídios são parte do cotidiano e a violência muitas vezes não aparece nas estatísticas. Também é bastante comum o tráfico de pessoas, inclusive para o interior dos garimpos, onde mulheres, adolescentes e crianças são sujeitos a diversas formas de violência.

Percebido como “última fronteira de expansão agrícola”, o Amapá tem sido objeto da cobiça de interesses ruralistas, que atuam no Congresso Nacional em favor da distribuição de áreas do cerrado amazônico para a plantação de soja e para o garimpo. A estrutura territorial do estado, associada ao precário arcabouço institucional para fiscalização da atividade agropecuária empresarial, potencializam conflitos, os quais muitas vezes envolvem a expulsão de ocupantes tradicionais, como quilombolas e indígenas.

Diante desses cenários, as políticas de segurança pública do estado parecem priorizar o combate ao pequeno tráfico de drogas urbano, por meio de operações em áreas consideradas “de risco”. A PM-AP dispõe de mais efetivos do que a PC, revelando a primazia do policiamento ostensivo no estado. Por sua vez, as altas taxas de mortalidade decorrentes de intervenções policiais colocam o Amapá em posição de destaque no panorama nacional. O sistema prisional é alvo de denúncias constantes de tortura e maus tratos.

Tem-se, assim, um quadro de acumulação de violência institucional, em que as ações se concentram em iniciativas de execução penal.

REFERÊNCIAS

ABREU, E. de. Governo entrega delegacia reformada e equipe a forças policiais. **Porto Grande**, 29 maio 2017. Disponível em: <https://www.portogrande.ap.gov.br/noticia/1206/governo-entrega-delegacia-reformada-e-equipa-forcas-policiais>. Acesso em: 14 dez. 2022.

ALMEIDA, A. O.; POSSAS, M. T.; SOARES, F. F. Entre o “confronto” e a “execução”: uma análise da produção de sentidos e de oficialidade sobre a morte de civis no “caso Cabula-Salvador/BA”. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS: ST 03 ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS, SEGURANÇA PÚBLICA E PUNIÇÃO NO BRASIL, 40., 2016, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Anpocs, 2016. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st03-8/10139-entre-o-confronto-e-a-execucao-uma-analise-da-producao-de-sentidos-e-de-oficialidade-sobre-a-morte-de-civis-no-caso-cabula-salvador-ba/file>. Acesso em: 13 dez. 2022.

ALVES, J. Novo protesto fecha BR e pede reabertura de garimpo ilegal em Tartarugalzinho, no AP. **G1 Amapá**, 2 out. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/novo-protesto-fecha-rodovia-e-pede-reabertura-de-garimpo-ilegal-em-tartarugalzinho-no-amapa.ghtml>.

AMAPÁ: no olho do furacão do agronegócio e da especulação fundiária. **Greenpeace**, 27 set. 2017. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/amapa-no-olho-do-furacao-do-agronegocio-e-da-especulacao-fundiaria/>.

AMAPÁ. **Plano Estratégico da Polícia Civil do Estado do Amapá: 2020-2028**. Macapá: PCEA, 2020. Disponível em: <http://www.policiacivil.ap.gov.br/docs/plano.pdf>.

AMAPÁ tem queda de casos, mas segue com a maior taxa de mortalidade pela polícia do Brasil. **G1 Amapá**, 22 abr. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/04/22/amapa-tem-queda-de-casos-mas-segue-com-a-maior-taxa-de-mortes-pela-policia-do-pais.ghtml>.

AMAPÁ. Gabinete de Segurança Institucional. **Relatório de Gestão do Exercício de 2021**. Macapá: GSI, 2022. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/docs/GSI-2021.pdf>.

AQUINO, J. P. D. de; VARGAS, J. D. Criminalidade e segurança pública na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. *In*: SANTOS, J. V. T. dos; BARREIRA, C. (Org.). **Paradoxos da segurança cidadã**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016. p. 89-102.

BASSI, B. S. No Amapá, briga pelo Senado opõe políticos envolvidos em grilagem internacional. **Observatório do Agronegócio no Brasil: de olho nos ruralistas**, 23 set. 2018. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2018/09/23/no-amapa-briga-pelo-senado-opoe-politicos-envolvidos-em-grilagem-internacional/>.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Perfil das instituições de segurança pública**: perfil das instituições estaduais de segurança pública. Brasília: MJ, set. 2010. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/pesquisa-perfil/relatorio_pesquisa_perfil_anobase_2004-2007.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.

BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. **Pesquisa Enafron**: diagnóstico sobre tráfico de pessoas nas áreas de fronteira. Brasília: MJ, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/pesquisas-regionais/pesquisa_enafron_202x266mm_1710_19h00_web.pdf. Acesso em: 2 de agosto de 2015.

BRITO, B. *et al.* **Dez fatos essenciais sobre regularização fundiária na Amazônia Legal**. Belém: Imazon, 2021.

CARLOS, E. Garimpeiros invadem aldeia Wajãpi e matam indígena; conflito pode levar a um banho de sangue. **Diário do Amapá**, 27 jul. 2019. Disponível em: <https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/politica/garimpeiros-invadem-aldeia-wajapi-e-matam-indigena-conflito-pode-levar-a-um-banho-de-sangue>.

CHELALA, C.; CHELALA, C. Os obstáculos para a produção de grãos na Amazônia: o caso do estado do Amapá. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 2, n. 60, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/cBr5M3zCWSrggFNkpCL4YPg/#>.

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Violência contra os povos indígenas no Brasil**: dados de 2018. Brasília: Cimi, 2018.

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Violência contra os povos indígenas no Brasil**: dados de 2019. Brasília: Cimi, 2019.

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Violência contra os povos indígenas no Brasil**: dados de 2020. Brasília: Cimi, 2020.

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Monitoramento agrícola. 10º levantamento. Safra 2019/20. **Acompanhamento da safra brasileira de grãos**, v. 7, n. 10, p. 1-31, jul. 2020.

COUTINHO, C. “Efeito dominó”, diz polícia sobre conflito de facções que provocou quase 10 homicídios em 16 horas. **G1 Amapá**, 14 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/09/14/efeito-domino-diz-policia-sobre-conflito-de-faccoes-que-provocoou-quase-10-homicidios-em-16-horas.ghtml>.

CUNHA, P. R. da. **O Código Florestal e os processos de formulação do mecanismo de compensação de reserva legal (1996-2012)**: ambiente político e política ambiental. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (Procam), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

“DELIVERY”: grupo que vendia drogas por redes sociais é alvo de operação da PF no Amapá. **G1 Amapá**, 9 out. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/10/09/delivery-grupo-que-vendia-drogas-por-redes-sociais-e-alvo-de-operacao-da-pf-no-amapa.ghtml>.

EM MACAPÁ, a Polícia Civil prendeu três integrantes de organização criminosa em flagrante por tráfico de drogas e associação para o tráfico de drogas. **Polícia Civil do Estado do Amapá**, 17 maio 2022. Disponível em: <http://www.policiacivil.ap.gov.br/noticia/1705/em-macapa-policia-civil-prende-tres-integrantes-de-organizacao-criminosa-em-flagrante-por-trafico-de-drogas-e-associacao-para-o-trafico-de-drogas>.

EM NOTA, Wajápi relata fuga de aldeia após invasão por homens armados. Cimi Notícias, 17 jul. 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/07/em-nota-wajapi-relatam-fuga-aldeia-apos-invasao-homens-armados/>.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). **Cartografias das violências na região amazônica**: relatório final. [s.l.]: FBSP, 2022a.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2022b. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>. Acesso em: 30 de ago. 2022.

FIGUEIREDO, F. Comando à distância: foragidos por chefiar facção no Amapá são presos em operação no RJ. **G1 Amapá**, 14 mar. 2022. Disponível em <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/03/14/comando-a-distancia-foragidos-por-chefiar-faccao-no-amapa-sao-presos-em-operacao-no-rj.ghtml>.

FOSSATI, M. Os cinco maiores traficantes presos em Curitiba no último ano (e o que eles têm em comum). **Plural Curitiba**, 29 jul. 2022. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/os-cinco-maiores-trafficantes-presos-em-curitiba-no-ultimo-ano-e-o-que-eles-tem-em-comum/>.

GAECO e NIMP do MP-AP integram equipe de apoio durante Operação Addams. **Portal MPAP**, 21 fev. 2022. Disponível em: <https://www.mpap.mp.br/noticias/gerais/gaeco-e-nimp-do-mp-ap-integram-equipe-de-apoio-durante-operacao-addams>. Acesso em: 13 dez. 2022.

GODOI, C. G.; TONCHE, M.; RAMACHIOTTI, B. Letalidade policial e respaldo institucional: perfil e processamento dos casos de “resistência seguida de morte” na cidade de São Paulo. **Revista de Estudos Sociais**, v. 73, p. 58-72, 1ª jul. 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/revestudsoc/48112>. Acesso em: 13 dez. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: indígenas, primeiros resultados do universo. IBGE: 2022a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102018.pdf>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: quilombolas, primeiros resultados do universo. IBGE: 2022b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102016.pdf>.

ISP – INSTITUTO SOU DA PAZ. **Onde mora a impunidade?** Por que o Brasil precisa de um Indicador Nacional de Esclarecimento de Homicídios: edição 2022. São Paulo: ISP, 2022. Disponível em: <https://soudapaz.org/wp-content/uploads/2022/08/OndeMoraAImpunidade.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

INVESTIGADOS pela PF por esquema milionário de tráfico de drogas no Amapá são alvos de mandados. **G1 Amapá**, Macapá, 22 jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/06/22/investigados-pela-pf-por-esquema-milionario-de-trafico-de-drogas-no-amapa-sao-alvos-de-30-mandados.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2022.

KENNY, M. The architecture of drug trafficking: network forms of organization in the Colombian Cocaine Trade. **Global Crime**, v. 8, n. 3, p. 233-259, 2007.

LEAL, M. L.; LEAL, M. de F. (Org.). **Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil: relatório nacional**. Brasília: Cecria, 2002.

LIMA, R.; AMARAL, C.; LAMEIRA, O. A produção da nova fronteira da agricultura mecanizada no Amapá. **Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 57, 2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/49132>.

MARTINS, D. Contaminadas por mercúrio. **Agência Pública**, 12 jan. 2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/01/contaminadas-por-mercurio/>.

MENDES, L. M. C. *et al.* Mulheres que vivem em garimpos da fronteira franco-brasileira: desafios cotidianos. **Revista Brasileira de Enfermagem – REBEn**, v. 75, n. 6, p. 1-8, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/YRjdMMcqrjckDfbh4ydmbrx/?lang=pt>.

MENEZES, B. “Imperador” do tráfico em Amapá é investigado por mais de 100 mortes. **Metrópoles**, 15 out. 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/imperador-do-traffic-em-amapa-e-investigado-por-mais-de-100-mortes>.

MNPCT – MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA. **Relatório de missão ao estado do Amapá (14 a 18 de setembro de 2020)**. Brasília: MNPCT, dez. 2020. Disponível em: https://mnpctbrasil.files.wordpress.com/2021/04/relatorio-ama-pa_02_04_2021.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.

MORAIS, C. Operação saturação: governo divulga balanço de ações de repressão ao crime organizado. **Governo do Amapá**, 26 out. 2021a. Disponível em: <https://www.amapa.gov.br/noticia/2610/operacao-saturacao-governo-divulga-balanco-de-acoes-de-repressao-ao-crime-organizado>.

MORAIS, C. Operação papai noel inicia com patrulhamento ostensivo em áreas estratégicas. **Governo do Amapá**, 29 nov. 2021b. Disponível em: <https://www.amapa.gov.br/noticia/2911/operacao-papai-noel-inicia-com-patrulhamento-ostensivo-em-areas-estrategicas>.

MORAIS, C. Estado Forte, Povo Seguro: PM combate crimes e assegura tranquilidade no fim de semana. **Governo do Amapá**, 6 jun. 2022a. Disponível em: <https://portal.ap.gov.br/noticia/0606/estado-forte-povo-seguro-pm-combate-crimes-e-assegura-tranquilidade-no-fim-de-semana>.

MORAIS, C. Waldez sanciona lei que garante premiação por apreensão de armas de fogo. **Governo do Amapá**, 11 abr. 2022b. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/1104/waldez-sanciona-lei-que-garante-premiacao-por-apreensao-de-armas-de-fogo#:~:text=No%20%C3%BAltimo%20dia%20de,de%20mortes%20violentas%20no%20Amap%C3%A1>.

MP REALIZA operações contra integrantes de organizações criminosas em nove Estados. **Diário do Grande ABC**, 15 ago. 2019. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/3112149/mp-realiza-operacoes-contraintegrantes-de-organizacoes-criminosas-em-9-estados>. Acesso em: 13 dez. 2022.

NAFES, S. Líderes do tráfico no Vale do Jari são presos. **SalesNafes.com**, 6 out. 2022. Disponível em: <https://selesnafes.com/2022/10/lideres-do-traffic-no-vale-do-jari-sao-presos/>.

NASCIMENTO, J. de S.; SILVA, R. C. Q. O tráfico internacional de mulheres em três dimensões: gênero, migração e rota Amapá-Guiana Francesa. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 43., 2019, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Anpocs, 2019. (ST05 Ciências Sociais pelos Interiores: Novas Cartografias de Gênero e Diversidade Sexual no Brasil).

NEVES, E. S. das. **Minha história conto eu: escola e cultura prisional em instituição carcerária no Amapá.** 2017. Tese (Doutorado) – Uninove, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/1653/2/Edmar%20Souza%20das%20Neves.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

OLIVEIRA, M. J. de. **Mineração e desenvolvimento local: benefícios e desafios aos municípios amapaenses.** Tese (Doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

OLIVEIRA, E. M. da S. M. de. **Orçamentos da segurança pública, saúde e educação nos estados e no Distrito Federal (2002-2019): uma análise da execução orçamentária com o suporte da teoria do equilíbrio pontuado.** 2021. 168 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/33085/1/Orcamentosseguranca-publica_Oliveira_2021.pdf. Acesso em: 13 dez. 2022.

OPERAÇÃO intensifica abordagens e patrulhamento no Conjunto Macapá. **Governo do Amapá**, 16 jan. 2019. Disponível em: <https://serradonavio.ap.gov.br/noticia/1601/operacao-intensifica-abordagens-e-patrulhamento-no-conjunto-macapaba>. Acesso em: 13 dez. 2022.

PACHECO, J. Justiça ordena retorno de garimpo em área no AP investigada por trabalho escravo e extração ilegal. **G1 Amapá**, 12 jun. 2018. Disponível em <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/justica-ordena-retorno-de-garimpo-em-area-no-ap-investigada-por-trabalho-escravo-e-extracao-ilegal.ghtml>.

PACHECO, J. PF prende ex-deputado Isaac Alcolumbre em operação contra tráfico internacional de drogas no Amapá. **G1 Amapá**, 20 out. 2021a. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/10/20/pf-cumpre-73-mandados-em-9-estados-em-operacao-contratrafico-internacional-de-drogas.ghtml>.

PACHECO, J. Raio X da violência no Amapá em 10 pontos, segundo o Anuário da Segurança Pública. **G1 Amapá**, 19 jul. 2021b. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/07/19/raio-x-da-violencia-no-amapa-em-10-pontos-segundo-o-anuario-da-seguranca-publica.ghtml>.

PACHECO, J. *et al.* Amapá chega ao 3º ano seguido com a maior taxa do país de pessoas mortas pela polícia. **G1 Amapá**, 5 maio 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/05/05/amapa-chega-ao-3o-ano-seguido-com-a-maior-taxa-do-pais-de-pessoas-mortas-pela-policia.ghtml>.

PACHECO, J.; ANDRADE, D.; CASTRO, W. Seis PMs são indiciados por forjar tiroteio que terminou com três mortes no Amapá. **G1 Amapá**, 10 jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/06/10/seis-pms-sao-indiciados-por-forjar-cena-de-tiroteio-que-terminou-com-tres-mortes-no-amapa.ghtml>.

PACHECO, N. Líder de facção criminosa preso no RJ captava novos integrantes e determinava quem morria no AP. **G1 Amapá**, 14 out. 2021. Disponível em <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/10/14/lider-de-facao-criminosa-preso-no-rj-captava-novos-integrantes-e-determinava-quem-morria-no-ap.ghtml>.

PACHECO, N. Duas mulheres são presas no aeroporto do AP com 71 quilos de maconha transportados do MS. **G1 Amapá**, 23 nov. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/11/23/duas-mulheres-sao-presas-no-aeroporto-do-ap-com-71-quilos-de-maconha-transportados-do-ms.ghtml>.

PADILHA, L. Operação Cabo Orange 4: Exército apreende no Amapá combustíveis, armas e itens usados em garimpo ilegal. **Exército Notícias**, 7 fev. 2020. Disponível em: <https://www.defesaareanaval.com.br/exercito/operacao-cabo-orange-4-exercito-apreende-no-amapa-combustiveis-armas-e-itens-usados-em-garimpo-ilegal>.

PAIVA, L. F. S. As dinâmicas do mercado ilegal de cocaína na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 99, p. 1-19, 2018.

PEREIRA, A. Estado, polícia e sociedade: uma análise das ações do batalhão de operações especiais (Bope) no Amapá. In: SILVA, P. R. da. *et al.* **Lutas, experiências e debates na América Latina**: anais das IV Jornadas Internacionais de Problemas Latino-Americanos. Foz do Iguaçu: Imago Mundi; Unila, 2015. p. 32-44.

PEREIRA, A. C. B. **Corpo-arma**: percepções etnográficas do trabalho policial em Macapá/AP. 2019. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-29082019-105150/pt-br.php>. Acesso em: 14 dez. 2022.

PF CUMPRE 73 mandados em ação contra tráfico internacional de drogas no Amapá. **Gov.br**, 20 set. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2021/10/pf-cumpre-73-mandados-em-acao-contr-trafico-internacional-de-drogas-no-amapa>.

PF E MP DETALHAM investigação no Iapen: “laudos médicos fraudulentos e esquema da tornozeleira eletrônica”. **G1 Amapá**, 19 set. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/09/19/pf-e-mp-detalham-investigacao-no-iapen-laudos-medicos-fraudulentos-e-esquema-da-tornozeleira-eletronica.ghtml>. Acesso em: 7 out. 2011.

PONTES, F. Isolado e bem preservado, Amapá elege governador com propostas para mineração. **Amazônia**, 27 out. 2022. Disponível em: <https://amazonia.org.br/isolado-e-bem-preservado-amapa-elege-governador-com-propostas-para-mineracao/>.

POZZO, E. dal. Garimpos ilegais e as áreas de fronteira no Norte do Brasil. **Idesf**, 6 jan. 2022. Disponível em: <https://www.idesf.org.br/2022/01/06/garimpos-ilegais-e-as-areas-de-fronteira-no-norte-do-brasil/>.

PRIZIBISCZKI, C. Amapá vende terras públicas invadidas a R\$ 46 o hectare. **Amazônia**, 6 dez. 2021. Disponível em: <https://amazonia.org.br/2021/12/amapa-vende-terras-publicas-invadidas-a-r-46-o-hectare/>.

PRODUTORES de grãos destacam potencialidades do Amapá. **Amapá Notícias**, 28 jul. 2016. Disponível em: <https://seiic.ap.gov.br/noticia/0208/produtores-de-graos-destacam-potencialidades-do-amapa>.

PROJETO facilita a colonização de áreas de fronteira em Roraima e Amapá. **Câmara dos Deputados Notícias**, 18 mar. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/736250-projeto-facilita-colonizacao-de-area-de-fronteira-em-roraima-e-amapa>.

RAUBER, A. L.; FERREIRA, M. E. A concentração socioeconômica e os ciclos de exploração dos recursos naturais no estado do Amapá. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da Unifap**, v. 13, n. 4, p. 181-200, 2020.

RAUBER, A.; PALHARES, J. O contexto e as perspectivas da exploração mineira no Amapá. **Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia**, v. 55, n. 1, 2022. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/45935?lang=pt>.

SANTIAGO, A. Brasileiros ilegais em garimpos da Guiana são preocupação na fronteira. **G1 Amapá**, 14 ago. 2013. Disponível em <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2013/08/brasil-ilegais-em-garimpos-da-guiana-sao-preocupacao-em-fronteira.html>.

SANTIAGO, A. Por semana, 80 brasileiros chegam a garimpos por Oiapoque, diz polícia. **G1 Amapá**, 30 set. 2014a. Disponível em <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2014/09/por-semana-80-brasileiros-chegam-garimpos-por-oiapoque-diz-policia.html>. Publicado em 30/09/2014.

SANTIAGO, A. Brasileiros são enganados e arriscam a vida em garimpos na Guiana. **G1 Amapá**, 11 jul. 2014b. Disponível em <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2014/07/brasileiros-sao-enganados-e-arriscam-vida-em-garimpos-na-guiana.html>.

SANTIAGO, A.; MARTINS, D. Mineração causa morte de trabalhadores e miséria na Amazônia. **Publica infográficos**, 20 jan. 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/01/mineracao-causa-morte-de-trabalhadores-e-miseria-na-amazonia/>.

SANTOS, E. R. C. Urbanização e rede urbana na Amazônia setentrional amapaense/AP. **Revista Formação Online**, v. 2, n. 19, p. 107-131, jul.-dez. 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1720/1941>.

SESTREM, G. Estudo aponta que câmeras nas fardas dos policiais podem ser prejudiciais à segurança pública. **Gazeta do Povo**, 2 fev. 2022. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/estudo-aponta-uso-cameras-fardas-policiais-pode-ser-prejudicial-seguranca-publica/>.

SILVA, B. F. da. **Tráfico humano**: um panorama do fluxo de brasileiras para fins de exploração sexual na região das Guianas. 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudo de Fronteira, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2019.

SILVA, E. de F. G. da. Análise da implementação dos planos de recuperação de áreas degradadas pela mineração em Lourenço (AP). 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

SILVA, M. L. **“O território imaginado”**: Amapá, de território à autonomia política (1943-1988). 2017. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23698>.

SOARES, R. R.; PEREIRA, L.; PUCCI, R. **Ilegalidade e violência na Amazônia**: Amazônia 2030. Rio de Janeiro: Centro de Empreendedorismo da Amazônia, 2021. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Soares-Pereira-Pucci-Relato%C3%81rio-AMZ-2030-26.pdf>.

VIDIGAL, V. Estudo aponta alta contaminação por mercúrio em mulheres que vivem em garimpos no Amapá. **G1 Amapá**, 9 nov. 2021a. Disponível em <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/12/09/estudo-aponta-alta-contaminacao-por-mercurio-em-mulheres-que-vivem-em-garimpos-no-amapa.ghtml>.

VIDIGAL, V. Policiais do AP vão testar câmeras nos uniformes para filmar ações de militares e agentes. **G1 Amapá**, 13 ago. 2021b. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/08/13/policiais-do-ap-vaio-testar-cameras-nos-uniformes-para-filmar-acoes-de-militares-e-agentes.ghtml>.

VIDIGAL, V. Fiscalização encontra garimpos ilegais e moradias irregulares em reserva sustentável no Amapá. **G1 Amapá**, 31 mar. 2022. Disponível em <https://g1.globo.com/ap/amapa/natureza/amazonia/noticia/2022/03/31/fiscalizacao-encontra-garimpos-ilegais-e-moradias-irregulares-em-reserva-sustentavel-no-amapa.ghtml>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACUSADO de matar militares franceses é condenado a 130 anos de prisão pelo Tribunal Federal do Júri do Amapá. **TRF1 Notícias**, 6 maio 2022. Disponível em: <https://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/comunicacao-social/imprensa/noticias/institucional-sjap-acusado-de-matar-militares-franceses-e-condenado-a-130-anos-de-prisao-pelo-tribunal-federal-do-juri-do-amapa.htm>.

ADORNO, L. *et al.* As 53 facções criminosas do Brasil. **Fonte Segura**, 3 de agosto de 2022. Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/as-53-faccoes-criminosas-brasileiras/>.

A INCLUSÃO do Amapá no Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de soja. **Portal do Agro**, 9 dez. 2020. Disponível: <https://portaldoagro.com/2020/12/09/a-inclusao-do-amapa-no-zoneamento-agricola-de-risco-climatico-para-a-cultura-de-soja/>.

ALVES, J. Garimpos no Amapá são fiscalizados na 10ª edição da Operação Ágata. **G1 Amapá**, 23 out. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/10/garimpos-no-amapa-sao-fiscalizados-na-10-edicao-da-operacao-agata.html>.

ALVES, J. Operação desarticula garimpo ilegal em área de floresta no Amapá. **G1 Amapá**, 22 set. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2016/09/operacao-desarticula-garimpo-ilegal-em-area-de-floresta-no-amapa.html>.

ALVES, J. Operação da Polícia Federal desarticula garimpo ilegal em Tartarugalzinho, no AP. **G1 Amapá**, 29 set. 2017. Disponível em <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/operacao-da-policia-federal-desarticula-garimpo-ilegal-em-tartarugalzinho-no-ap.ghtml>.

ALVES JUNIOR, M. da C. La geopolítica pombalina en la Amazonia septentrional brasileña y la configuración del territorio del Amapá (XVI-XX). **Revista de Estudos de Cultura**, n. 4, p. 37-52, 2016.

AMAPÁ. Assembleia Legislativa. Lei nº 949, de 23 de dezembro de 2005. Dispõe sobre normas de funcionamento do Sistema Estadual de Educação, reestrutura o grupo magistério do quadro de pessoal do governo do estado do Amapá e organiza o plano de cargos, carreiras e salários dos profissionais da educação básica do Poder Executivo estadual. **Diário Oficial do Estado**, n. 3668, 23 dez. 2005. Disponível em: https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/EDUCA%C3%A7%C3%A3O_f79d3f2662f5fe515715362fa705c4d1.pdf.

AMAPÁ. Lei nº 1.764, de 9 de agosto de 2013. Dispõe sobre normas e diretrizes da Rede de Atendimento à Mulher, vítima de violência doméstica, familiar e sexual no estado do Amapá. **Diário Oficial do Estado**, n. 5535, 21 ago. 2013. Disponível em: http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_lei.php?iddocumento=44418.

AMAPÁ. Lei nº 1.907, de 24 de junho de 2015. Dispõe sobre o Plano Estadual de Educação (PEE), para o decênio 2015-2025, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, n. 5982, 24 jun. 2015. Disponível em: https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/EDUCA%C3%A7%C3%A3O_d29705badb707c38522b2654b2deaeb8.pdf.

AMAPÁ, urgente! Garimpeiros invadem aldeia Waiápi e matam indígena. **Portal Geledés**, 29 jul. 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/amapa-urgente-garimpeiros-invadem-aldeia-waiapi-e-matam-indigena/>. Acesso em: 29 ago. 2019.

AMAPÁ. **Plano estratégico da Polícia Civil do Estado do Amapá 2020 a 2028**. Macapá: PCAP, 2020. Disponível em: <http://www.policiacivil.ap.gov.br/docs/plano.pdf>.

AMAPÁ. Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública. **Relatório de Gestão Consolidado 2020**. Macapá: Sejusp, 2020. Disponível em: https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/SEJUSP_f27f78640fd5a4d4231b60e4ce139d2e.pdf.

AMAPÁ. Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública. **Relatório de Gestão Consolidado 2021**. Macapá: Sejusp, 2021. Disponível em: https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/SEJUSP_9d9dc3ab9b704baa1a61928b86ae1c6c.pdf.

AMAPÁ. Delegacia Geral de Polícia do Amapá. **Demonstrativo de produtividade**: delegados. Amapá: Núcleo Setorial de Planejamento, jun. 2022. Disponível em: https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/POL%C3%8DCIA%20CIVIL_b427d34e2cf653f10252c3155cb86939.pdf.

BARIFOUSE, R. 'Governo federal incentiva garimpo em terras indígenas', diz senador Raulo Rodrigues. **BBC News Brasil**, 28 jul. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49147160>.

BRITO, D. M. C.; PALHARES, J. M.; FARIAS, R. T. S. de. Uma trajetória histórica da territorialidade amapaense. **Revista Ciência Geográfica**, v. XXIV, n. 3, p. 1539-1553, jan.-dez. 2020.

CHMYZ, I.; SGANZERLA, E. M. Ocupação humana na área do complexo Jari. **Arqueologia**, Curitiba, v. 9, p. 129-149, 2006.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**: Brasil 2021. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2022. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6001-conflitos-no-campo-brasil-2021>.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**: Brasil 2022. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2023.

CONFRONTO entre facções rivais deixa nove mortos no Amapá. **A Gazeta**, 13 set. 2020. Disponível em: <https://agazetadoamapa.com.br/noticia/11241/confronto-entre-faccoes-rivais-deixa-9-mortos-no-amapa>.

COSTA, G. dos S. **O papel dos mecanismos de governança na formulação dos planos estaduais de segurança pública**. 2022. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

CUSTÓDIO, E. S. A presença negra no Amapá: discursos, tensões e racismo. **Identidade!** São Leopoldo, v. 21, n. 1, p. 65-79, 2016. Disponível: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/2772>.

DIAS, W.; MACHADO, L. No AP, queimadas lideram índice de crimes ambientais no 1º semestre de 2022. **G1 Amapá**, 26 jul. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/07/26/no-ap-queimadas-lideram-indice-de-crimes-ambientais-no-1o-semester-de-2022.ghtml>.

DOIS territórios do Amapá são reconhecidos como área quilombola pelo Incra. **G1 Amapá**, 7 nov. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2018/11/07/dois-territorios-do-amapa-sao-reconhecidos-como-area-quilombola-pelo-incra.ghtml>.

ESTADO Forte, Povo Seguro: governo lança programa de promoção da saúde para profissionais da segurança pública e defesa social. **Governo do Amapá**, 30 jun. 2022. Disponível em: <https://www.amapa.gov.br/noticia/3006/estado-forte-povo-seguro-governo-lanca-programa-de-promocao-da-saude-para-profissionais-da-seguranca-publica-e-defesa-social>.

FACÇÃO que ordenava crimes do presídio e planejava eleger candidato é alvo de operação no Amapá. **G1 Amapá**, 21 fev. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/02/21/policia-federal-deflagra-operacao-addams-no-amapa.ghtml>.

FAÇANHA, W. Parceria entre governo e Poder Judiciário permitirá ressociação via Amapá Jovem. **Governo do Amapá**, 13 dez. 2021. Disponível em: <https://www.amapa.gov.br/noticia/1312/parceria-entre-governo-e-poder-judiciario-permitira-ressociazacao-via-amapa-jovem>.

FELLET, J. A desconhecida riqueza mineral da terra Wajãpi, palco de tensão entre indígenas e garimpeiros. **BBC News Brasil**, 29 jul. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49133192>.

FISCALIZAÇÃO identifica garimpo ilegal em Pedra Branca do Amapari. **Governo do Amapá**, 25 maio 2017. Disponível em: <https://www.amapari.ap.gov.br/noticia/2505/fiscalizacao-identifica-garimpo-ilegal-em-pedra-branca-do-amapari>. Acesso em: 15 dez. 2022.

GOVERNO realiza operação Sociedade Mais Segura para coibir ações criminosas em Macapá e Santana. **Governo do Amapá**, 28 maio 2022. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/2805/governo-realiza-operacao-sociedade-mais-segura-para-coibir-acoes-criminosas-em-macapá-e-santana#:~:text=Portal%20Governo%20do%20Amap%C3%A1%20%2D%20Governo,criminosas%20em%20Macap%C3%A1%20e%20Santana&text=A%C3%A7%C3%A3o%20da%20Pol%C3%ADcia%20Militar%20inclui,policiais%20militares%20e%2026%20viaturas>.

MENESCAL, A. Escritório Social, Conselho da Comunidade e Faculdade Estácio-Famap realizam programação especial de dia das crianças para filhos de egressos do sistema prisional. **Tribunal de Justiça do Estado do Amapá: Notícias**, 11 out. 2022. Disponível em: <https://www.tjap.jus.br/portal/noticias/escritorio-social-conselho-da-comunidade-e-faculdade-estacio-famap-realizam-programacao-especial-de-dia-das-criancas-para-filhos-de-egressos-do-sistema-prisional.html>.

MORAIS, C. Estado forte, povo seguro: governo anuncia novo pacote de fortalecimento da segurança pública. **Governo do Amapá**, 13 dez. 2021. Disponível em: https://www.amapa.gov.br/ler_noticia.php?slug=1312/estado-forte-povo-seguro-governo-anuncia-novo-pacote-de-fortalecimento-da-seguranca-publica.

MORAIS, C. Sociedade mais segura: PM registra redução de crimes no fim de semana. **Governo do Amapá**, 30 maio 2022. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/3005/sociedade-mais-segura-pm-registra-reducao-de-crimes-no-fim-de-semana>.

PACHECO, J. ‘Nunca tirei um grama de ouro’, diz promotor acusado de exploração ilegal em garimpo no Amapá. **G1 Amapá**, 13 mar. 2018. Disponível em <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/nunca-tirei-uma-grama-de-ouro-diz-promotor-acusado-de-exploracao-ilegal-em-garimpo-no-amapa.ghtml>.

PACHECO, N.; BORRALHO, D. Pavimentação da BR-156 deve melhorar tráfego de pessoas e escoamento de produtos no Amapá. **G1 Amapá**, 24 nov. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/11/24/pavimentacao-da-br-156-deve-melhorar-trafego-de-pessoas-e-escoamento-de-produtos-no-amapa.ghtml>. Acesso em: 14 dez. 2022.

POLÍCIA Militar e Unifap trabalham juntas no planejamento estratégico de 2020 a 2024. **Portal Unifap**, 7 jan. 2021. Disponível em: <http://www.unifap.br/policia-militar-e-unifap-trabalham-juntas-no-planejamento-estrategico-de-2020-a-2024/>. Acesso em: 13 dez. 2022.

PRATES, R. C.; BACHA, C. J. C. Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 601-636, dez. 2011.

RAMOS, M. F. Palestrante de instituto bolsonarista pediu lavra de ouro em terra indígena. **Combate Racismo Ambiental**, 5 jul. 2022. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2022/07/06/palestrante-de-instituto-bolsonarista-pediu-lavra-de-ouro-em-terra-indigena/>.

APÊNDICE A

TABELA A.1
Dados sociodemográficos

Dados territoriais				
Estados limítrofes	Pará			
Fronteiras	Guiana Francesa, Suriname			
Número de municípios	16			
Área territorial (km²)	142.470,762			
Dados sociodemográficos		Amapá	Região Norte	Brasil
População	População estimada em 2021	877.613	18.906.962	213.317.639
	Densidade demográfica (hab./km²)	4,69	4,12	22,43
	População 0-14 anos em 2010 (%)	33,11	31,2	24,1
	População 15-29 anos em 2010 (%)	30,70	29,5	26,9
	População 30-59 anos em 2010 (%)	31,01	32,5	38,2
	População 60 + anos em 2010 (%)	5,19	6,8	10,8
	População negra em 2010 (%)	8,71	6,4	7,6
	População parda em 2010 (%)	65,23	66,9	43,1
	População indígena em 2010 (%)	1,11	1,9	0,4
	População branca em 2010 (%)	23,97	23,4	47,7
	População urbana em 2010 (%)	89,77	73,5	84,4
	População rural em 2010 (%)	10,23	26,5	15,6
	Rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> em 2022 (R\$)	1.177,00	1.175,29	1.613,23
Renda e desigualdade	Índice de Gini (do rendimento domiciliar <i>per capita</i> , a preços médios do ano em 2022)	0,53	0,53	0,54
	Pobres em 2003 (%)	39,62	40,1	37,6
	Extremamente pobres em 2003 (%)	10,03	12,5	8,4
	População vivendo em aglomerados subnormais em 2010 (%)	21,58	14,4	72,6

(Continua)

(Continuação)

Dados sociodemográficos		Amapá	Região Norte	Brasil
Trabalho	Taxa de desocupação (14 +) em 2021	16,80	13,7	13,8
	Taxa de formalização da força de trabalho em 2022	41,98	41,4	59,9
	Rendimento médio real de todos os trabalhos em 2022 (R\$)	2.424,00	2.195,00	2.839,00
Educação	Taxa de analfabetismo (15 +) em 2019	5,1	7,0	6,1
	Média anos de estudo (15 +) em 2019	10,1	9,3	9,8
	População (14 +) com cinco anos ou menos de estudo em 2019 (%)	13,95	11,49	10,35

Fontes: Para porcentagem por idade, Sistema IBGE de Recuperação Automática – Sidra (<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2000>); para incidência da pobreza, IBGE Cidades 2003 (<https://cidades.ibge.gov.br/>); para porcentagem de domicílios ocupados em aglomerados subnormais em relação ao total de domicílios ocupados, IBGE (2020); para síntese de indicadores sociais, IBGE Cidades 2021 (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/45/95341>); para indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua 2021 (<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>), acumulado de quintas visitas; para rendimento médio real do trabalho principal, Sidra (<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5436#resultado>); para taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais, Sidra (<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7113#resultado>); para número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais, por sexo e grupo de idade, Sidra (<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7126#resultado>); para pessoas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça e grupos de anos de estudo, Sidra (<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7132#resultado>).

Elaboração: Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea).

TABELA A.2

Evolução das taxas médias de homicídios por 100 mil habitantes, por município – Amapá (2008-2020)

	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Brasil	27,5	28,2	28,5	29,3	29,1	29,7	30,3	29,9	27,0	24,3
Região Norte	35,6	36,8	36,1	36,5	37,4	40,3	43,9	46,0	43,5	38,4
Municípios										
Macapá	34,2	36,6	32,8	36,2	37,7	45,4	49,7	56,1	53,4	36,49
Santana	33,3	35,3	35,3	32,0	31,5	35,6	45,1	55,2	53,2	32,73
Oiapoque	28,2	24,3	26,5	30,1	29,2	28,4	25,0	29,5	41,3	30,93
Porto Grande	24,9	27,9	34,3	37,0	41,1	50,0	58,6	58,8	43,4	27,72
Itaubal	22,6	29,3	21,4	13,9	20,4	26,5	25,9	25,3	30,9	15,57
Ferreira Gomes	33,2	26,8	26,0	30,3	29,4	33,3	37,0	36,0	43,9	28,82
Pracuúba	17,0	16,4	15,9	23,1	14,9	21,7	7,0	20,6	13,4	17,65
Laranjal do Jari	43,5	44,8	39,2	24,8	27,9	30,1	35,8	26,1	28,3	29,82
Tartarugalzinho	20,5	19,7	19,1	18,4	17,8	32,4	46,1	42,7	39,6	24,07
Calçoene	17,9	17,5	24,0	40,3	49,4	48,4	38,0	34,2	27,5	29,31
Cutias	27,4	20,0	13,0	0,0	12,4	12,1	23,7	17,4	28,4	21,17
Vitória do Jari	12,9	22,7	17,2	19,2	14,0	13,7	15,6	15,3	17,1	13,35
Mazagão	15,1	14,7	12,6	17,6	20,6	25,1	27,9	22,5	25,2	21,39
<i>Amapá</i>	<i>12,0</i>	<i>15,8</i>	<i>19,5</i>	<i>23,2</i>	<i>19,2</i>	<i>15,2</i>	<i>11,3</i>	<i>11,2</i>	<i>11,1</i>	<i>16,12</i>
Serra do Navio	0,0	7,2	14,1	20,7	27,1	19,9	26,1	19,2	25,1	7,52
Pedra Branca do Amapari	6,0	19,8	24,3	33,5	22,1	23,5	13,5	13,0	8,4	3,18

Fontes: Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde – SIM/MS (<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/ext10br.def>); e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?ibge/cnv/popsvsbr.def>).

Elaboração: Diest/Ipea.

Obs.: 1. Número de homicídios – número de homicídios na UF de residência obtido pela soma dos óbitos por agressão (X85-Y09) e intervenção legal (Y35), extraído do Tabnet/Datasus/MS (<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/ext10br.def>).

2. População obtida de População Residente Estimativas para o Tribunal de Contas da União – TCU, extraída do Tabnet/Datasus/MS (<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?ibge/cnv/popsvsbr.def>).

3. A taxa de homicídios por 100 mil habitantes é calculada pela divisão do número de homicídios pela população multiplicado por 100 mil.

TABELA A.3

Policiais mortos em confronto (em serviço e fora de serviço), taxa por 1 mil policiais na ativa – Brasil e Unidades da Federação (2020-2021)

	2020	2021
Brasil	0,4	0,4
Acre	0,4	-
<i>Amapá</i>	-	-
Amazonas	0,7	0,6
Pará	0,7	0,7
Rondônia	0,7	0,3
Roraima	0,4	-
Tocantins	-	-

Fonte: FBSP (2022).
Elaboração: Diest/Ipea.

TABELA A.4

Mortes decorrentes de intervenção policiais, taxa por 100 mil habitantes – Brasil e Unidades da Federação (2020-2021)

	2020	2021
Brasil	3,0	2,9
Acre	3,0	1,2
<i>Amapá</i>	<i>12,9</i>	<i>17,1</i>
Amazonas	2,4	2,3
Pará	6,1	6,2
Rondônia	1,1	0,6
Roraima	2,5	1,4
Tocantins	1,7	2,6

Fonte: FBSP (2022).
Elaboração: Diest/Ipea.

TABELA A.5

Feminicídios, taxa por 100 mil habitantes mulheres – Brasil e Unidades da Federação (2020-2021)

	2020	2021
Brasil	1,3	1,2
Acre	2,7	2,9
<i>Amapá</i>	<i>2,1</i>	<i>0,9</i>
Amazonas	0,8	1,1
Pará	1,5	1,5
Rondônia	1,6	1,8
Roraima	3,0	1,6
Tocantins	1,3	2,6

Fonte: FBSP (2022).
Elaboração: Diest/Ipea.

TABELA A.6

Estupro e estupro de vulnerável,¹ taxa por 100 mil habitantes – Brasil, Unidades da Federação (2020-2021)

	2020	2021
Brasil	29,7	30,9
Acre	34,4	64,7
Amapá	54,5	60,5
Amazonas	20,5	17,6
Pará	37,9	44,5
Rondônia	51,9	50,8
Roraima	66,9	83,3
Tocantins	51,8	51,8

Fonte: FBSP (2022).

Elaboração: Diest/Ipea.

Nota: ¹ Os dados informados nesta tabela correspondem ao número total de vítimas de estupro e estupro de vulnerável consumados. A Lei Federal nº 12.015/2009 altera a conceituação de “estupro”, passando a incluir, além da conjunção carnal, os “atos libidinosos” e “atentados violentos ao pudor” (FBSP, 2022).

TABELA A.7

Perfil das instituições de segurança pública, efetivos – Amazonas (2020)

Instituição	Capital e região metropolitana	Interior	Total
Polícia Militar	2.496	994	3.440
Polícia Civil	705	424	1.129
Corpo de Bombeiros Militar	Sem informações	Sem informações	Sem informações
Órgãos oficiais de perícia	21	184	205

Fonte: Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiMDc0ZWFiYTgtYjA1OS00YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>.

Elaboração: Diest/Ipea.

TABELA A.8

Perfil das instituições de segurança pública, unidades operacionais – Amapá (2020)

Instituição	Capital e região metropolitana	Interior	Total
Polícia Militar ¹	8	6	14
Polícia Civil ²	32	14	46
Corpo de Bombeiros Militar ³	9	4	13
Órgãos oficiais de perícia ⁴	10	9	19

Fonte: Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiMDc0ZWFiYTgtYjA1OS00YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>.

Elaboração: Diest/Ipea.

Notas: ¹ As catorze unidades operacionais da Polícia Militar do Amapá estão distribuídas em nove batalhões (cinco no interior e quatro na capital); cinco batalhões especializados (um no interior e quatro na capital). Não existem companhias independentes e companhias independentes especializadas.

² As 46 unidades operacionais da Polícia Civil no Amapá estão distribuídas em: 23 delegacias (onze no interior e doze na capital e Região Metropolitana (RM) de Macapá; dezesseis delegacias especializadas (duas no interior e catorze na capital e RM); sete postos e núcleos (uma no interior e seis na capital e RM). Não existem informações sobre outras unidades.

³ As treze unidades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar estão distribuídas em batalhões no interior (quatro), capital (quatro) e RM (cinco).

⁴ As dezenove unidades operacionais dos órgãos periciais no Amapá estão distribuídas em: cinco unidades de criminalística (três no interior, uma na capital e uma na RM); cinco unidades de identificação (três no interior, uma na capital e uma na RM); cinco unidades de medicina legal (três no interior, uma na capital e uma na RM); dois laboratórios centrais (um na capital e um na RM); dois laboratórios de DNA forense (um na capital e um na RM).

TABELA A.9

Perfil das instituições de segurança pública, efetivos – Amapá (2021-2022)

Instituição	Números absolutos (2021)	Números absolutos (2022)
Polícia Militar	3.121	3.307
Polícia Civil	1.039	1.004
Corpo de Bombeiros	1.157	1.169
Perícia Técnica	77	79
Polícia Penal	786	946

Fonte: FBSP (2022).
Elaboração: Diest/Ipea.

REFERÊNCIAS

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>. Acesso em: 30 de ago. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Aglomerados subnormais 2019**: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à covid-19. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. (Nota Técnica n. 1). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_notas_tecnicas.pdf.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMAPÁ. Assembleia Legislativa. Lei nº 949, de 23 de dezembro de 2005. Dispõe sobre normas de funcionamento do Sistema Estadual de Educação, reestrutura o Grupo Magistério do Quadro de Pessoal do Governo do Estado do Amapá e organiza o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos profissionais da educação básica do Poder Executivo Estadual. **Diário Oficial do Estado**, n. 3668, 23 dez. 2005. Disponível em: https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/EDUCA%C3%A7%C3%A3O_f79d3f2662f5fe515715362fa705c4d1.pdf.

AMAPÁ. Lei nº 1.764, de 9 de agosto de 2013. Dispõe sobre normas e diretrizes da Rede de Atendimento à Mulher, vítima de violência doméstica, familiar e sexual no Estado do Amapá. **Diário Oficial do Estado**, n. 5535, 21 ago. 2013. Disponível em: http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_lei.php?iddocumento=44418.

AMAPÁ. Lei nº 1.907, de 24 de junho de 2015. Dispõe sobre o Plano Estadual de Educação (PEE), para o decênio 2015-2025, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, n. 5982, 24 jun. 2015. Disponível em: https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/EDUCA%C3%A7%C3%A3O_d29705badb707c38522b2654b2deae8.pdf.

AMAPÁ. Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública. **Relatório de Gestão Consolidado 2020**. Macapá: Sejusp, 2020. Disponível em: https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/SEJUSP_f27f78640fd5a4d4231b60e4ce139d2e.pdf.

AMAPÁ. Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública. **Relatório de Gestão Consolidado 2021**. Macapá: Sejusp, 2021. Disponível em: https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/SEJUSP_9d9dc3ab9b704baa1a61928b86ae1c6c.pdf.

AMAPÁ. Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública. **Ofício nº 330101.0076.2280.0005/2021**. Macapá: Sejusp, 2021. Disponível em: https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/SEJUSP_50000fca7bf032fddb8e1e55d1699ed3.pdf.

AMAPÁ. Secretaria da Educação. Plano Estadual de Educação para pessoas privadas de liberdade e egressas. Macapá: SEED, 2022. Disponível em: https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/EDUCA%C3%A7%C3%A3O_a7d39fda79438f471e056ee12fecb560.pdf.

AMAPÁ e Guiana Francesa fortalecem ações para combater crimes na fronteira. **Governo do Amapá**, 26 jan. 2022. Disponível em: <https://www.amapa.gov.br/noticia/2601/amapa-e-guiana-francesa-fortalecem-acoes-para-combater-crimes-na-fronteira>.

CONFIRA o resultado da 1ª etapa do processo seletivo de monitor do Amapá Jovem. **Governo do Amapá**, 8 fev. 2022. Disponível em: <https://www.amapa.gov.br/noticia/0802/confira-o-resultado-da-1-ordf-etapa-do-processo-seletivo-de-monitor-do-amapa-jovem>.

FORÇA DE SEGURANÇA Integrada é instituída no Amapá. **Governo do Amapá**, 27 abr. 2022. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/2704/forca-de-seguranca-integrada-e-instituida-no-amapa#:~:text=A%20partir%20desta%20quarta%2Dfeira,%2C%20na%20Rodovia%20Norte%2FSul>.

FORÇA-TAREFA de Segurança Pública combate tráfico de drogas e organização criminosa. **Gov.br**, 20 set. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2022/09/forca-tarefa-de-seguranca-publica-combate-trafico-de-drogas-e-organizacao-criminosa>. Acesso em: 13 dez. 2022.

GOVERNO DO AMAPÁ entrega nova Escola de Gestão Compartilhada Militar no Igarapé da Fortaleza. **Governo do Amapá**, 28 mar. 2022. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/2803/governo-do-amapa-entrega-nova-escola-de-gestao-compartilhada-militar-no-igarape-da-fortaleza#:~:text=O%20Governo%20do%20Amap%C3%A1%20entregou,milh%C3%A3o%2C%20proveniente%20do%20tesouro%20estadual>.

GRANGER, S. O contestado franco-brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia. **Revista Cantareira**, n. 17, jul.-dez., 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/download/27891/16299>.

KAISER, A. Governo do Amapá convoca mais 150 aprovados no concurso do Iapen. **Portal Alyne Kaiser**, 29 abr. 2022. Disponível em: [https://alynekaiser.com.br/governo-do-amapa-convoca-mais-150-aprovados-no-concurso-do-iapen/#:~:text=Governo%20do%20Amap%C3%A1%20convoca%20mais%20150%20aprovados%20no%20concurso%20do%20Iapen,-Alyne%20Kaiser%20Editora&text=Como%20parte%20do%20programa%20Estado,de%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20Penitenci%C3%A1ria%20\(Iapen\)](https://alynekaiser.com.br/governo-do-amapa-convoca-mais-150-aprovados-no-concurso-do-iapen/#:~:text=Governo%20do%20Amap%C3%A1%20convoca%20mais%20150%20aprovados%20no%20concurso%20do%20Iapen,-Alyne%20Kaiser%20Editora&text=Como%20parte%20do%20programa%20Estado,de%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20Penitenci%C3%A1ria%20(Iapen)).

MAIO Laranja: conheça o fluxo de atendimento para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. **Governo do Amapá**, 18 maio 2022. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/1705/maio-laranja-conheca-o-fluxo-de-atendimento-para-criancas-e-adolescentes-vitimas-de-abuso-sexual>.

MENESCAL, A. Escritório Social, Conselho da Comunidade e Faculdade Estácio-FAMAP realizam programação especial de Dia das Crianças para filhos de egressos do sistema prisional. **Tribunal de Justiça Do Estado Do Amapá – Notícias**, 11 out. 2022. Disponível em: <https://www.tjap.jus.br/portal/noticias/escritorio-social-conselho-da-comunidade-e-faculdade-estacio-famap-realizam-programacao-especial-de-dia-das-criancas-para-filhos-de-egressos-do-sistema-prisional.html>.

MESQUITA, C. Saiba como concorrer às vagas das escolas de gestão compartilhada, cívico-militares e bilíngue. **Governo do Amapá**, 3 jan. 2022. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/0301/saiba-como-concorrer-as-vagas-das-escolas-de-gestao-compartilhada-civico-militares-e-bilingue>.

MESQUITA, C.; COSTA, W. Pronatec Prisional: governo seleciona professores bolsistas e profissionais para atuação na equipe técnica. **Governo do Amapá**, 8 mar. 2022. Disponível em: <https://www.amapa.gov.br/noticia/0703/pronatec-prisional-governo-seleciona-professores-bolsistas-e-profissionais-para-atuacao-na-equipe-tecnica>.

MORAIS, C. Governo e PRF prorrogam acordo de integração da rede de radiocomunicação digital. **Governo do Amapá**, 22 mar. 2022. Disponível em: <https://portal.ap.gov.br/noticia/2203/governo-e-prf-prorrogam-acordo-de-integracao-da-rede-de-radiocomunicacao-digital>.

MORAIS, C. Estado Forte, Povo Seguro: força-tarefa realiza buscas e apreensões no Iapen. **Governo do Amapá**, 3 jun. 2022. Disponível em: <https://amapa.gov.br/noticia/0306/estado-forte-povo-seguro-forca-tarefa-realiza-buscas-e-apreensoes-no-iapen>.

NOGUEIRA, J. Estado Forte, Povo Seguro: Segurança Pública estadual e federal intensificam combate ao crime organizado. **Governo do Amapá**, 23 dez. 2021. Disponível em: <https://www.amapa.gov.br/noticia/2312/estado-forte-povo-seguro-seguranca-publica-estadual-e-federal-intensificam-combate-ao-crime-organizado>.

OPERAÇÃO Ágata: Amapá envia policiais militares para apoio ao Exército em ações na fronteira. **Governo do Amapá**, 30 maio 2022. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/3005/operacao-agata-amapa-envia-policiais-militares-para-apoio-ao-exercito-em-acoas-na-fronteira#:~:text=Nesta%20segunda%2Dfeira%2C%2030%2C,-Guiana%20Francesa%2C%20pertencente%20%C3%A0%20Fran%C3%A7a>.

PACHECO, J. Exército mobiliza 800 homens de três estados na fronteira do Amapá. **G1 Amapá**, 11 maio 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2014/05/exercito-mobiliza-800-homens-de-tres-estados-na-fronteira-do-amapa.html>. Acesso em: 13 dez. 2022.

PARCERIA entre Governo do Amapá e Polícia Federal já fez 36,5 mil identificações criminais no Estado. **Governo do Amapá**, 15 fev. 2022. Disponível em: <https://www.amapa.gov.br/noticia/1502/parceria-entre-governo-do-amapa-e-policia-federal-ja-fez-36-5-mil-identificacoes-criminais-no-estado>.

“PROJETO HIGIDEZ”, desenvolvido pela PF/AP, em parceria com MP-AP e outras instituições, fica em 1º lugar no Concurso Nacional de Inovação da Polícia Federal. **MPAP Notícias**, 23 fev. 2022. Disponível em: <https://mpap.mp.br/noticias/gerais/projeto-higidez-desenvolvido-pela-pf-ap-em-parceria-com-mp-ap-e-outras-instituicoes-fica-em-1-lugar-no-concurso-nacional-de-inovacao-da-policia-federal>. Acesso em: 13 dez. 2022.

SEJUV apresenta equipe de comunicação para bolsistas do Amapá Jovem. **Governo do Amapá**, 18 abr. 2022. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/1804/sejuv-apresenta-equipe-de-comunicacao-para-bolsistas-do-amapa-jovem>.

WALDEZ sanciona Programa Estadual de proteção a vítimas, júri e testemunhas. **Governo do Amapá**, 1º jun. 2022. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/0106/waldez-sanciona-programa-estadual-de-protecao-a-vitimas-juri-e-testemunhas#:~:text=Portal%20Governo%20do%20Amap%C3%A1%20%2D%20Waldez,a%20v%C3%ADtimas%2C%20j%C3%BAri%20e%20testemunhas&text=Programa%20permitir%C3%A1%20ado%C3%A7%C3%A3o%20de%20medidas,e%20sejam%20v%C3%ADtimas%20de%20amea%C3%A7as.&text=Lei%20foi%20sancionada%20nesta%20quarta,01%2C%20no%20Pal%C3%A1cio%20do%20Setentri%C3%A3o>. Acesso em: 13 dez. 2022.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

Supervisão

Ana Clara Escórcio Xavier

Everson da Silva Moura

Revisão

Alice Souza Lopes

Amanda Ramos Marques Honorio

Barbara de Castro

Brena Rolim Peixoto da Silva

Cayo César Freire Feliciano

Cláudio Passos de Oliveira

Clícia Silveira Rodrigues

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Reginaldo da Silva Domingos

Katarinne Fabrizzi Maciel do Couto (estagiária)

Editoração

Anderson Silva Reis

Augusto Lopes dos Santos Borges

Cristiano Ferreira de Araújo

Daniel Alves Tavares

Danielle de Oliveira Ayres

Leonardo Hideki Higa

Natália de Oliveira Ayres

Capa

Andrey Tomimatsu

Danielle de Oliveira Ayres

Flaviane Dias de Sant'ana

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Ipea – Brasília

Setor de Edifícios Públicos Sul 702/902, Bloco C

Centro Empresarial Brasília 50, Torre B

CEP: 70390-025, Asa Sul, Brasília-DF

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.
